

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**FATORES QUE INFLUENCIAM A EVASÃO NA UNIVERSIDADE**  
**PÚBLICA – O CASO DO CURSO DE ZOOTECNIA NA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**DIEGO DANTAS WITTMANN**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**  
**(PPGEA)**

**FATORES QUE INFLUENCIAM A EVASÃO NA UNIVERSIDADE**  
**PÚBLICA – O CASO DO CURSO DE ZOOTECNIA NA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**DIEGO DANTAS WITTMANN**

*Sob orientação da Professora Dra.*

**Nádia Maria Pereira de Souza**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, Área de Concentração: em Educação Agrícola

Seropédica, RJ

Outubro de 2021

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo autor

W827f WITTMANN, Diego Dantas, 1981-  
FATORES QUE INFLUENCIAM A EVASÃO NA UNIVERSIDADE  
PÚBLICA - O CASO DO CURSO DE ZOOTECNIA NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO / Diego Dantas  
WITTMANN. - Rio de Janeiro, 2021.  
73 f.

Orientadora: Nádia Maria Pereira de SOUZA.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PPGEA, 2021.

1. Evasão. 2. Zootecnia. I. SOUZA, Nádia Maria  
Pereira de , 1962-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. PPGEA III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DIEGO DANTAS WITTMANN**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/10/2021**

---

Profa. Dra. Nadia Maria Pereira de Souza – UFRRJ  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira – UFRRJ  
(Membro da Banca)

---

Profa. Dra. Maria da Conceição Calmon Arruda FIOCRUZ- RJ/UERJ-FFP  
(Membro da Banca)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha filha Isadora, minha esposa Ellen e minha mãe Ana, as três mulheres e pilares da minha vida, que tornaram possível a conclusão dessa importante etapa da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A professora Nádia Maria Pereira de Souza que, com sua orientação e compreensão, me propiciou as condições necessárias para que eu pudesse concluir este trabalho.

Aos professores do PPGEA- UFRRJ que, com seus saberes e experiências em diversas áreas do conhecimento, contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

As Professoras Dras. Lia Maria Teixeira de Oliveira e Maria da Conceição Calmon Arruda por terem aceitado o convite e pelas possíveis contribuições na análise deste estudo.

Ao professor Leonardo de Gil Torres e a Servidora Aurea Lunga, da PROGRAD da UFRRJ que disponibilizaram os dados para que minha pesquisa fosse realizada.

A PROGEP e PROPPG, em especial a professora Amparo Villa Cupollilo, pela criação do Programa de Qualificação Institucional (PQI), pelo qual tive a possibilidade de cursar este programa de Pós-Graduação.

A minha esposa Ellen, por estar comigo em todos os momentos, sempre me motivando e me fazendo ser uma pessoa melhor.

A minha querida mãe Ana Dantas, que sem ela nada disso seria possível.

Ao meu pai João Irineu e meus irmãos Oziel e Victor, por todo apoio, neste e em diversos outros momentos de minha vida.

## RESUMO

WITTMANN, Diego Dantas. **Fatores que influenciam a evasão na universidade pública – o caso do curso de Zootecnia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.** 2021. 73f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.

Os estudos acerca da evasão na educação superior envolvem fatores de ordem social, psicológica, política, administrativa, econômica, bem como pedagógica. Observa-se que inúmeros autores vêm destacando as dificuldades de acesso e permanência na educação superior no Brasil, apesar das políticas educacionais implementadas de 2003-2015 terem criado vários programas de ações afirmativas, voltados para ampliação do acesso e permanência de uma camada da população historicamente excluída nas universidades públicas. Após agosto de 2016 se observou um decréscimo destas ações como proposta de governo, ficando assim, um expressivo contingente fora da universidade e um grupo de alunos que não consegue nela permanecer e concluir seu curso de graduação. Nesse estudo delimitou-se a análise deste fenômeno no curso de Zootecnia da UFRRJ, por ser um curso histórico da Instituição, devido às linhas de pesquisa do PPGEA e por este curso apresentar uma expressiva evasão. O objetivo geral do estudo foi caracterizar as causas da evasão estudantil no curso de Bacharelado em Zootecnia da UFRRJ, no período de 2013 a 2018. O primeiro capítulo apresentou um levantamento bibliográfico acerca dos estudos sobre a evasão escolar no Brasil, buscando caracterizar a problemática da pesquisa, aprofundando os estudos na educação superior, em cursos de graduação, através dos seguintes autores: Cislighi (2008), Costa (2009), Cunha e Morosini (2013), Gisi (2006), Peixoto et al. (2000), Polydoro (2000), Silva Filho et al. (2007), entre outros. Ainda no capítulo um se descreveu a metodologia utilizada neste estudo, tendo como base os seguintes autores: Lakatos e Marconi (2007) e Gamboa (2013). A metodologia utilizada foi a pesquisa teórica e documental. Nos demais capítulos procedeu-se a análise de documentos oficiais da UFRRJ, buscando caracterizar historicamente, legalmente e academicamente o curso de Zootecnia da UFRRJ. A seguir foi caracterizado o fenômeno da evasão no Curso de Graduação em Zootecnia da UFRRJ, acompanhando a turma matriculada em 2013.1 até sua conclusão em 2018.1. A limitação do estudo deveu-se às dificuldades de realizar pesquisa de campo face à pandemia do Covid-19. Os resultados apontaram que o curso possui um alto nível de evasão. Essa dissertação relacionou possíveis causas deste fenômeno e proposições de superação com base em vários estudos sobre o tema.

**Palavras-chaves:** Evasão na educação, Curso de Graduação de Zootecnia e políticas afirmativas.

## ABSTRACT

WITTMANN, Diego Dantas. **Factors that influence dropout at the public university - the case of the Zootecnics course at the Rural Federal University of Rio de Janeiro.** 2021. 73f. Dissertation (Master's degree in Agricultural Education) – Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.

The studies on evasion in higher education social, psychological, political, administrative, economic, as well as pedagogical factors. It is observed that numerous authors have highlighted the difficulties of access and permanence in higher education in Brazil, despite the educational policies implemented in 2003-2015 having created several affirmative action programs, aimed at expanding the access and permanence of a layer of the population historically excluded in public universities. After August 2016 there was a decrease in these actions as a government proposal, thus leaving a significant contingent outside the university and a group of students who cannot stay there and complete their undergraduate course. The study delimited the analysis of this phenomenon in the Animal Science course at UFRRJ, as it is a historical course of the institution, due to the lines of research of the PPGEA and because this course presents an expressive dropout. The general objective of the study was to characterize the causes of student dropout in the Bachelor of Animal Science course at UFRRJ, from 2013 to 2018. The first chapter presented a bibliographic survey about studies on school dropout in Brazil, seeking to characterize the issue of research, deepening studies in higher education, in undergraduate courses, through the following authors: Cislighi (2008), Costa (2009), Cunha and Morosini (2013), Gisi (2006), Peixoto et al. (2000), Polydoro (2000), Silva Filho (2007), among others. Also in chapter one, the methodology used in this study was described, based on the following authors: Lakatos and Marconi (2007) and Gamboa (2013). The methodology used was theoretical and documentary research. In the other chapters, the analysis of official UFRRJ documents was carried out, seeking to characterize the UFRRJ's Animal Science course historically, legally and academically. Next, the phenomenon of dropout in the Undergraduate Course in Animal Science at UFRRJ was characterized, following the class enrolled in 2013.1 until its conclusion in 2018.1. The limitation of the study was due to the difficulties of conducting field research in the face of the Covid-19 pandemic. The results showed that the course has a high level of dropout. This dissertation listed possible causes of this phenomenon and proposals for overcoming it based on several studies on the subject.

**Keywords:** Evasion in Education, Graduate Course in Animal Science and Affirmative Policies.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Vertentes de estudo com a temática evasão na educação superior após 1990.....	10
<b>Tabela 2.</b> Evasão dos alunos de zootecnia por semestre letivo. ....	13
<b>Tabela 3.</b> Instituições, cursos e matrículas nas IES - 2017.....	26
<b>Tabela 4.</b> Oferta e ingresso em vagas iniciais nas IES - 2017.....	27
<b>Tabela 5.</b> Recursos recebidos pela UFRRJ, oriundos do PNAES, Seropédica, 2018. ....	38
<b>Tabela 6.</b> Relação do curso de Zootecnia. ....	46
<b>Tabela 7.</b> Situação do discente, ingressante por Ampla Concorrência no curso de Zootecnia – 2013/1º a 2017/2º.....	52
<b>Tabela 8.</b> Situação do discente, ingressante por Cotas (Social e Social/Racial) no curso de Zootecnia – 2013/1º a 2017/2º.....	53

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Evolução da matrícula na educação superior de graduação por categoria administrativa/Brasil 1980-2012 .....	24
<b>Gráfico 2.</b> Número de Matrículas em cursos de Graduação na Rede Pública entre os anos de 1980 a 2017. ....	27
<b>Gráfico 3.</b> Registro dos Índices de Evasão e Conclusão dos cursos de Graduação da UFRRJ – 2013 a 2018. ....	49
<b>Gráfico 4.</b> Movimentação acadêmica – formandos e evadidos (%) da UFRRJ – 2013 a 2018 .....	50
<b>Gráfico 5.</b> Taxa de Sucesso da Graduação – Curso de Zootecnia. ....	51
<b>Gráfico 6.</b> Relação ativos versus evadidos do curso de Zootecnia - 2013/1º a 2017/2º da UFRRJ. ....	54

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Distribuição de matrícula na Rede Federal de Ensino Superior. ....	28
<b>Figura 2.</b> Os 20 Maiores Cursos em Número de Matrículas. ....	29

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR – ESTUDOS SOBRE EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>8</b>
1.1 Contextualização geral e conceitos de evasão e repetência na educação superior .....	8
1.2 Expansão da educação superior no Brasil e REUNI .....	22
1.3 Ações afirmativas na educação superior no Brasil .....	31
<b>2 A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E A EVASÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
2.1 A UFRRJ, histórico, contexto, missão .....	34
2.2 Políticas de assistência estudantil, permanência na UFRRJ .....	37
<b>3 O CURSO DE ZOOTECNIA DA UFRRJ – ANÁLISE DA EVASÃO ESTUDANTIL .....</b>	<b>41</b>
3.1 Histórico do curso de Zootecnia .....	41
3.2 Perfil do profissional Zootecnista .....	42
3.3 Dados da regulação do curso zootecnia da UFRRJ .....	45
3.4 Curso de Zootecnia na UFRRJ: Currículo, Perfil, Projeto Pedagógico do Curso - PPC ...	47
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DE DADOS ACADÊMICOS DE MATRÍCULA, TRANCAMENTO E EVASÃO DE CURSO DE ZOOTECNIA DE 2013—2018.....</b>	<b>48</b>
4.1 Proposta de plano de permanência e êxito para os estudantes do curso de Zootecnia da UFRRJ .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

A universidade pública brasileira historicamente enfrenta múltiplos desafios, desde a reflexão de sua comunidade acadêmica sobre a sua função social, gestão, políticas acadêmicas, avaliação institucional, contribuição para o seu entorno e para a sociedade.

Diante de várias provocações dos que atuam numa universidade, sejam servidores docentes, discentes ou técnico administrativos, observa-se o desafio de refletir sobre as questões que permeiam o dia-a-dia da instituição e verificar como é possível contribuir para a melhoria e para o desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional.

Nesse sentido, aparecem questionamentos sobre os procedimentos cotidianos, acerca das possíveis melhorias que podem ser implementadas, diante das dificuldades próprias da burocracia e das questões inerentes à vida universitária.

A construção histórica da universidade brasileira aparece mediada por concepções de sociedade, de educação e de gestão. As políticas públicas de educação podem agir para conformar, reformar ou transformar a sociedade. A razão de ser da universidade é o educando e o compromisso social da instituição com seu entorno.

Percebi então, quando da proposta deste projeto de pesquisa, ser necessário refletir sobre essas questões e, de alguma forma, compartilhar reflexões, buscando embasamento teórico para fortalecê-las, verificando a possibilidade de apresentar sugestões ou indicar outros encaminhamentos capazes de influenciar na melhoria de processos e procedimentos da gestão acadêmica. Esta foi a motivação inicial que me levou a buscar num curso de Mestrado, na área da Educação, os conhecimentos necessários a um maior aprofundamento, bem como a ampliação de conhecimentos e de possibilidades que são oferecidas pelo desenho curricular do curso. Quando eu estudei o discente em sua formação, suas questões acadêmicas e sociais na educação superior, que é o lócus deste estudo, principalmente na área de Ciências Agrárias, historicamente consolidada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), estes motivos se ampliaram.

Dentre tantas dessas questões que ao longo dos 10 anos em que atuo como servidor técnico administrativo na UFRRJ, a minha curiosidade tem sido voltada para o fenômeno da evasão educacional na graduação, que vem sendo constante e progressiva em vários cursos de da UFRRJ e em outras universidades públicas e privadas.

Eu destaco, ainda, como estímulo à presente investigação a minha atuação na Divisão de Concursos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), quando pude acompanhar os processos seletivos de transferência e reingresso, e me deparei com um número

significativo de vagas oferecidas por alguns cursos, decorrentes da evasão de seus estudantes, sendo o curso de Zootecnia um dos que apresentava os maiores índices de evasão.

A escolha do curso se justificou pela sua inserção no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da UFRRJ e pelas linhas de pesquisa e projetos que estudam esta temática.

Diante dessa constatação e vislumbrando uma forma de averiguar quais as possíveis causas que possam contribuir para essa evasão educacional em vários espaços, notadamente neste curso. O estudo pode ainda contribuir com conhecimentos que auxiliem a administração acadêmica, em nível da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) ou em nível dos Colegiados de Curso na UFRRJ e em outras universidades.

Espero que os resultados desta investigação possam auxiliar no estudo desta temática, com reflexões importantes para a instituição e para os cursos de Graduação, em especial para o Bacharelado em Zootecnia da UFRRJ. Além de auxiliar em processos futuros de tomada de decisão, e principalmente, estimular outras pesquisas.

Neste sentido, entendo que minha formação na área de tecnologia da informação, seja em nível médio técnico, a partir da qual pude concorrer e ser aprovado em concurso público para Técnico em Tecnologia da Informação, seja, mais recentemente, em nível superior em Gestão em Tecnologia da Informação, contribuiu para o alcance dos objetivos propostos neste estudo.

A evasão escolar é um campo complexo e, muitas vezes pantanoso, pois envolve diferentes fatores de ordem social, psicológica, política, administrativa, econômica, bem como pedagógica. Percebe-se, no entanto, que, apesar de trazer enorme preocupação aos dirigentes, são poucas as ações efetivas para diagnosticar suas causas, e, principalmente, buscar alternativas capazes de minimizar o problema.

Em relação à esta temática, observou-se que inúmeros autores vêm estudando as dificuldades de acesso e permanência na educação superior no Brasil, apesar de, nas últimas décadas terem sido criados vários programas voltados para a abertura do acesso a uma camada da população historicamente excluída, bem como ações voltadas para a permanência desses estudantes nas universidades públicas. Infelizmente, ainda se observa um expressivo contingente fora da universidade e um não menos expressivo número de pessoas que não consegue nela permanecer, o que na atualidade é ainda mais grave, com as propostas e ações de retrocesso nas políticas de ações afirmativas que vinham sendo implementadas, além dos cortes de verbas cada vez mais expressivos.

Pudemos verificar que a UFRRJ ainda não possui dados mais específicos acerca do curso de Zootecnia, a partir do que justificamos a nossa proposta, uma vez que selecionamos um curso da área mais tradicional da universidade (aquela em que ela se origina), na intenção de se diagnosticar como se apresenta o fenômeno da evasão, verificando quais as possibilidades que a instituição tem de desenvolver ações capazes de minimizá-la.

É importante destacar que o estudo se delimitou à apenas um curso, dada a dimensão temporal de um curso de mestrado acadêmico e consideramos ter sido bastante acertada essa decisão, uma vez que em meio à realização da pesquisa fomos surpreendidos pela pandemia de CoVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, que obrigou o repensar dos procedimentos metodológicos e que possivelmente acarretaria maiores transtornos caso houvesse um maior número de cursos envolvido. Como limitação do estudo queria destacar que a metodologia precisou ser ajustada e assim optei pela pesquisa documental e teórica de forma a subsidiar um ponto de partida para os estudos sobre o referido curso na UFRRJ.

O desenvolvimento de um projeto dessa natureza foi um desafio para quem, como eu, tem uma trajetória de estudos mais voltada à área da informática, muito mais focado nos aspectos considerados “hard”, sem um maior embasamento nas ciências sociais e humanidades. No entanto, como foi mencionado anteriormente, a possibilidade de contribuir para a melhoria de processos da administração acadêmica, me animou a enveredar por esse campo e o Mestrado na área de Educação permitiu um crescimento profissional significativo, sobretudo para um melhor entendimento das questões com as quais me deparo cotidianamente.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar as possíveis causas da evasão estudantil no curso de Bacharelado em Zootecnia da UFRRJ, no período de 2013 a 2018.

Objetivando uma melhor compreensão da pesquisa apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação.

Este estudo de natureza qualitativa, do tipo exploratório-descritivo, por descrever um fenômeno que envolve análises empíricas e teóricas. Segundo Lakatos e Marconi (2007), as pesquisas exploratórias têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, de modo a torná-lo explícito, facilitando o aprimoramento de ideias.

Assim, a metodologia do estudo pode ser concebida em consonância com a definição de Minayo (2008):

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. [...]. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se

com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. (MINAYO, 2008, p. 14-15).

Conforme discorre Gil (2007), o uso da abordagem qualitativa promove o estudo da investigação das questões vinculadas ao objeto em estudo e seus relacionamentos, por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado na busca do que era comum, mais com a percepção para novas descobertas de conceitos e pensamentos individuais com significados múltiplos. Sobre as pesquisas descritivas o autor destaca que visam estudar as características de um determinado grupo: por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade e a exploratória têm como principal objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Ambas envolvem levantamento bibliográfico e documental, podendo envolver também pesquisas de campo, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Isto pareceu procedente e adequado na análise deste estudo que partiu de referenciais nacionais do MEC, da UFRRJ como um todo e em específico do curso de Zootecnia da mesma Instituição.

A investigação científica utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental.

A **pesquisa bibliográfica** é um procedimento exclusivamente teórico, compreendida como a junção, ou reunião, do que se tem falado sobre determinado tema. De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Por isso, qualquer trabalho científico deve ser iniciado com uma pesquisa bibliográfica. Este passo inicial permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Assim, a pesquisa bibliográfica, para Gil (2007, p. 44) “tem como principais exemplos as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

A **pesquisa documental** é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica. De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão e outros congêneres.

Segundo Lakatos e Marconi (2007, p.174) “a característica da **pesquisa documental** é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. No caso os documentos específicos da UFRRJ, da PROGRAD

e do curso de Bacharelado em Zootecnia da UFRRJ, focando em um estudo de caso institucional.

Segundo Gil (2008), **o estudo de caso** possui caráter específico e preocupa-se em parametrizar as técnicas a serem adotadas no estudo e pode consistir e na observação de determinados grupos sociais, indivíduos, profissões, instituições ou comunidades, a fim de conhecer suas particularidades, sem haver dissociação dos elementos inerentes à realidade, obtendo com isso generalizações.

Em virtude pandemia da Covid-19, optou-se pela realização da coleta de dados através de pesquisa documental acerca da temática da evasão estudantil na Universidade, uma vez que esta questão deve estar presente em relatórios e análises avaliativas macro e micro institucionais, do tipo levantamento.

Entretanto, queria destacar, dentre as principais limitações dos levantamentos de pesquisa, a abordagem da profundidade dos dados:

Pouca profundidade no estudo da estrutura e dos processos sociais. Mediante levantamentos é possível a obtenção de grande quantidade de dados a respeito dos indivíduos. Como, porém, os fenômenos sociais são determinados sobretudo por fatores interpessoais e institucionais, os levantamentos mostram-se pouco adequados para a investigação profunda desses fenômenos. (GIL, 2007, p. 56)

**Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram:** pesquisa teórica e pesquisa documental acerca da UFRRJ, Base de Dados E-MEC, Relatórios Institucionais da UFRRJ, Relatórios de Autoavaliação Institucional da CPA da UFRRJ no período de 2013-2018, Relatórios de Gestão da UFRRJ, Relatórios do Curso de Zootecnia da UFRRJ em base de dados da Prograd e E-MEC.

Para elucidar a compreensão, destacou-se que os **OBJETIVOS DO ESTUDO** foram:

**- Objetivo Geral:**

Caracterizar a evasão estudantil no curso de Bacharelado em Zootecnia da UFRRJ, buscando identificar suas possíveis causas, a partir de estudos na área.

**-Objetivos Específicos**

- Realizar estudos bibliográficos sobre evasão escolar, com foco principal na educação superior, buscando a identificação das principais causas de evasão relatadas em pesquisas na área.

- Descrever dados institucionais da UFRRJ acerca da evasão discente nos cursos de Graduação no período de 2013-2018.

- Caracterizar dados acadêmicos oficiais do Curso de Graduação em Zootecnia da UFRRJ, referentes à matrícula, trancamento e evasão de curso produzindo quadros analíticos que busquem auxiliar a compreensão do estudo.

- Identificar as possíveis causas de evasão no curso de Zootecnia da UFRRJ a partir de estudos na área e relatórios institucionais.

**A Delimitação do Estudo** referiu-se ao acompanhando longitudinalmente de dados oficiais e resultados de ingressos da turma matriculada em 2013.1, até sua conclusão em 2018.1: matrícula, evasão e taxa de sucesso do curso de Zootecnia da UFRRJ, Campus Seropédica-RJ, Brasil.

**A limitação da investigação** justificou-se pela regra de distanciamento social impostas pela pandemia do Covid-19, o que restringiu a possibilidade de realizar as entrevistas previstas com os discentes do Curso de Zootecnia da UFRRJ, apontando-se esta sugestão para futuros estudos na área.

### **CENÁRIO DA PESQUISA (UFRRJ):**

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, instituição centenária, que tem suas bases no Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, do Presidente Nilo Peçanha, que regulamentou o ensino agrícola em todos os seus graus e modalidades, e criou a Escola Nacional de Agronomia e Medicina Veterinária – ESAMV, marco inaugural da universidade, que vai se estabelecer como tal em 1943, com a denominação de Universidade Rural do Brasil, vinculada ao Ministério da Agricultura. Mais tarde, na década de 1960 é transferida para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação que tem na atualidade.

Até o início dos anos 2000 a UFRRJ oferecia 23 cursos de graduação. Com o processo de expansão do ensino superior, iniciado em 2006 com a criação de 2 novos campi (Nova Iguaçu e Três Rios) e reforçado em 2007, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Governo Federal do Brasil (através do Decreto 6 096, de 24 de abril de 2007), foram criados mais 35 (trinta e cinco) cursos de graduação, dos quais 02 (dois) são oferecidos na modalidade a distância.

Em 2021, o campus Seropédica da UFRRJ concentra o maior número de cursos, totalizando 41 (quarenta e um) cursos entre Bacharelados e Licenciaturas, com uma oferta anual de 2745 (dois mil, setecentos e quarenta e cinco) vagas.

Foram analisados ainda como documentos institucionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ): os Relatórios de Gestão no período de 2013-2018; o Plano de Desenvolvimento Institucional, os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação, além de Relatórios e outras documentações do Curso escolhido para análise. Também foi objeto de consulta nesta dissertação: o Censo da Educação Superior, do INEP/MEC e o Plano Nacional de Assistência Estudantil e documentos internos dele decorrentes. O foco de análise principal ao analisar os referidos documentos foi o Curso de Bacharelado em Zootecnia.

Utilizamos como ponto de partida a pesquisa bibliográfica, que nos possibilitou a fundamentação teórica necessária para nortear os rumos da pesquisa, apoiando a análise dos dados coletados. Foram utilizados livros, artigos, dissertações e teses que tratam da problemática, objeto deste estudo.

Além da descrição da contextualização e da metodologia utilizada apresentadas na introdução, a dissertação foi organizada em quatro capítulos a seguir descritos.

O capítulo um apresentou um levantamento bibliográfico acerca dos estudos sobre a evasão escolar no Brasil, buscando caracterizar a problemática da pesquisa, aprofundando os estudos na educação superior, em cursos de graduação, através dos seguintes autores: Cislighi (2008), Costa (2009), Cunha e Morosini (2013), Gisi (2006), Peixoto et al. (2000), Polydoro (2000), Silva Filho et al. (2007), entre outros.

O segundo capítulo discorreu sobre a contextualização da UFRRJ cenário desta pesquisa, considerando o fenômeno da evasão no ensino de graduação.

No terceiro capítulo procedeu-se a análise de documentos oficiais da UFRRJ, buscando caracterizar historicamente, legalmente e academicamente o curso de Zootecnia da UFRRJ.

E por último, no quarto capítulo objetivou-se a caracterização de dados acadêmicos de matrícula, trancamento e evasão de curso, a partir de dados oficiais do Curso de Graduação em Zootecnia da UFRRJ da turma matriculada em 2013.1 até sua conclusão em 2018.1.

# **1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR – ESTUDOS SOBRE EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL**

## **1.1 Contextualização geral e conceitos de evasão e repetência na educação superior**

O tema da evasão é bastante complexo, pois envolve diferentes fatores internos e externos às instituições educativas. Identificar as possíveis causas da evasão, bem como criar mecanismos de informação que permitam melhor acompanhar essa questão torna-se fundamental para subsidiar políticas de permanência e o próprio planejamento das instituições de ensino. Em nosso entendimento o real conhecimento das causas que provocam a evasão pode oferecer uma contribuição para a reflexão e tomada de decisão acerca do Planejamento Pedagógico Institucional, afetando, por via de consequência, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, em seus conteúdos e práticas curriculares, ou seja, nas atividades fim da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Ristoff (2021):

A evasão está entre os temas mais estudados da educação superior, no Brasil e no mundo. Tendo sido elevada ao patamar de pandemia educacional, as dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos em periódicos especializados se multiplicam às centenas, a maioria em busca das causas do problema e de modelos e sistemas de monitoramento que possam desenhar o perfil dos estudantes que, teoricamente, teriam mais propensão a se evadirem. O pressuposto é que, conhecendo-se antecipadamente este perfil, seja possível agir a tempo e evitar os prejuízos e perdas (Fonte:<https://www.educa2022.com/post/pelos-des-caminhos-da-evass%C3%A3o>, acessado em 05/10/2021).

A preocupação com a evasão e suas causas têm sido motivo de discussões nas instituições de ensino e atraído a atenção de vários estudiosos da área de educação, sobretudo porque suas consequências são danosas tanto para as instituições que podem ser impactadas em nível da distribuição dos recursos, quanto e, principalmente, pelos danos sociais que pode acarretar. Apesar disso, considera-se que há ainda uma carência de estudos que se debruçam sobre a evasão na Educação Superior, principalmente em Ciências Agrárias, embora nos últimos anos dez anos, tenha ocorrido uma maior incidência de dissertações, teses e pesquisas em geral que se voltam para esse nível de ensino.

Segundo Souza et al. (2012), que realizaram um levantamento junto à CAPES, no período de 2000 a 2011, foram encontrados 28 resumos de dissertações e 4 de teses sobre a temática, no período considerado.

Para Ristoff (2021), por estar associada à perda de recursos financeiros e ao fracasso acadêmico, é natural que a evasão seja objeto de preocupação entre os militantes da educação.

Altos índices de evasão em geral depõem contra a capacidade institucional de zelar pelos seus alunos. Como consequência, a evasão vem inevitavelmente acompanhada de forte sentimento de culpa dos diretamente envolvidos no processo educacional, em especial de professores e gestores que percebem que já não conseguem mais segurar os seus alunos no *campus* como nos bons velhos tempos.

Em nível internacional que trata da evasão teve maior repercussão a partir da década de 1970, quando Vincent Tinto (1973), observou que a maioria das pesquisas sobre a evasão, se restringia a uma sucinta e breve descrição sobre a evasão dos estudantes. Nesta descrição, não era tratado o motivo que levava a evasão, nem como se dava o processo. Pouca atenção era dada ao que dizia respeito à conceituação do fenômeno da evasão no ensino superior. A teoria e o modelo que esse autor desenvolveu para explicar o fenômeno da evasão com as adequações que foi efetuando ao longo de anos, têm sido uma referência para inúmeros outros autores internacionais e nacionais que analisam o tema.

No Brasil é na década de 1990, que os estudos sobre evasão na educação superior ganham maior força a partir da institucionalização do PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, em 1994 e, sobretudo com o Seminário sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, promovido pela Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, em 1995 (DAVOK; BERNARD, 2016, p, 506). Nesse mesmo ano, o VI Fórum de Pró-Reitores de Graduação, chamou a atenção para o fato de a evasão e a retenção não poderem dissociar-se do processo mais amplo da avaliação institucional, sob o risco de os indicadores parciais não contemplarem as causas mais significativas dos cursos de graduação, como as questões internas da instituição, conforme destacam Baggi e Lopes, 2011, *apud* Cunha; Morosi, 2011. Provocada por essas discussões, em 1995, a Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC), instituiu a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras para analisar o fenômeno com o intuito de contribuir para a melhoria das políticas de planejamento da educação superior. Essa Comissão conceitua evasão como “saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (BRASIL, 1996).

Outros estudos na área, tais como Santos Junior e Real (2017), abarcam a temática da evasão na educação superior, tendo como objetivo principal realizar um levantamento de pesquisas sobre evasão na educação superior, realizadas a partir da década de 1990 no Brasil, constituindo o “Estado da Arte” sobre essa temática. A Tabela 1 apresenta os resultados encontrados pelos autores durante a pesquisa.

Percebeu-se, por meio da Tabela 1, que a maioria dos estudos realizados abordando sobre evasão na educação superior são voltados para um curso específico ou conjunto de cursos de uma universidade, seguido por estudos voltados para a gestão da evasão.

**Tabela 1.** Vertentes de estudo com a temática evasão na educação superior após 1990.

Tema abordado	Nº de trabalhos (dissertações e teses)	%	Nº de trabalhos (artigos)	%
Revisão bibliográfica	-	-	1	3,22
Trancamento de matrícula	2	4,87	1	3,22
As causas da evasão em um curso específico ou conjunto de cursos de dada instituição	14	34,14	8	25,80
Evasão e perfil socioeconômico	1	2,43	2	6,45
Evasão na EaD	8	19,51	4	12,90
Política de cotas e evasão	2	4,87	1	3,22
ProUni e evasão	-	-	2	6,45
Desenvolvimento profissional e evasão	1	2,43	1	3,22
Gestão da evasão	11	26,82	9	29,03
Evasão no sistema de educação superior brasileiro	1	2,43	1	3,22
Bioética e evasão	1	2,43	-	-
Índices de evasão/estudo quantitativo	-	-	1	3,22
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>31</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos Júnior e Real (2017, p. 391)

O relatório do Resumo Técnico da Educação Superior do Censo de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) ao analisar a ‘Evolução média dos indicadores de trajetória dos ingressantes de 2010 em cursos de graduação no Brasil, no período de 2010-2019 observou-se que:

Os estudantes de graduação que ingressaram em 2010, ao final de dez anos de acompanhamento, **40% concluíram, 59% desistiram do seu curso de ingresso durante esse período e 1% permaneceu. Observa-se, também, que 38% dos ingressantes de 2010 já desistem de seu curso de entrada ao final do 3º ano.** Nos últimos cinco anos de acompanhamento, a TDA diminuiu o seu ritmo de crescimento. Por outro lado, a taxa de conclusão apresenta uma ascendência maior nos 4º e 5º anos de acompanhamento, relacionando-se com o período mínimo de integralização médio dos cursos (em 2019, a média é de 3,9 anos). (BRASIL, 2021, p. 48, grifo nosso).

Continuando os estudos, Santos Júnior e Real (2017) descreveram que há uma complexidade intrínseca em relação ao fenômeno da evasão, uma vez que, embora se perceba certa variedade de tratamentos dados ao processo, ainda há muito que se discutir, considerando a dinâmica de crescimento da educação superior no Brasil e os meandros que a envolvem, os quais têm possibilitado ampliações nas vertentes de pesquisa.

Embora existam variações de instituição para instituição e em diferentes áreas do conhecimento, vários estudos (BARBOSA, 2017; SANTOS, 2018) indicam que não só no

Sistema de Seleção Unificada (SISU) – o maior processo seletivo de acesso à educação superior do país, mas também no vestibular tradicional, os índices de evasão, nos primeiros anos, são elevados. Os dados do SISU na década de 2020, por exemplo, indicam que a evasão no primeiro ano do curso atinge, em média, no primeiro ano, cerca de 35% dos alunos e, no segundo ano, 45%, ou seja, algo muito próximo daquilo que, segundo Thelin (2010), ocorria em instituições prestigiosas americanas há já mais de cem anos, quando as universidades eram ainda pequenas e elitistas.

O trabalho de Cunha e Morosini (2013, p.83), que analisa a produção científica sobre o tema em dissertações e teses defendidas entre 2005 e 2010, apresenta conceitos desenvolvidos por alguns autores que vêm estudando o fenômeno da evasão.

Gaioso (2005), conceitua a evasão como sendo a interrupção no ciclo de estudos, em qualquer nível de ensino. Já Kira (2002) e Baggi e Lopes (2011), definem a evasão como a saída do aluno da instituição antes da conclusão de seu curso.

Os estudos de Polydoro (2000, p. 45) chama a atenção para a distinção entre dois conceitos: a *evasão do curso* – que consiste no abandono do curso sem a sua conclusão – e a *evasão do sistema* – que reflete o abandono do aluno do sistema universitário.

Por sua vez, Velloso e Cardoso (2008, p.5), destacam diferentes nomenclaturas: a *evasão aparente* – quando ocorre a mobilidade do aluno de um curso para o outro – e a *evasão real* – que se refere à desistência do aluno em cursar o ensino superior.

O conceito adotado pelo Ministério da Educação é o de que a evasão é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa (BRASIL / MEC, 1997, p. 19). Este conceito nos parece equivocado pois o aluno que abandona um curso, pode ingressar em outro curso, outra instituição ou área.

Silva Filho et al. (2007), em artigo sobre a evasão no ensino superior brasileiro, publicado em 2007, destacam que, no período compreendido entre 2000 e 2005, a evasão média foi de 22%, no conjunto das Instituições de Ensino Superior – IES, e no caso das universidades públicas foi de 12% e 26%. No que se refere ao tipo de organização acadêmica, os autores apontam que as universidades e os centros universitários detiveram a taxa de 19% enquanto que, nas faculdades, essa taxa subiu para 29%. Quando procuraram correlacionar os índices de evasão com a relação candidato/vaga em alguns cursos, concluíram que quanto maior a densidade candidato/vaga nos processos de ingresso na Educação Superior, menor são os índices de evasão/abandono. O estudo revelou que são poucas as instituições que possuem um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações,

acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas para contê-la ou, pelo menos, minimizá-la (SILVA FILHO et al., 2007).

Silva Filho et al. (2007) asseguram que são raras as Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras que possuem um programa institucional profissionalizado de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas e afirmam que a evasão deve ser entendida sob dois aspectos: 1. Evasão anual ou semestral média, que mede a porcentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino em uma IES ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano ou semestre seguinte. 2. Evasão total, que mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de certo número de anos.

A pesquisa de Piacentini (2012) buscou estudar o alto índice de evasão no curso de Zootecnia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e pode verificar que, de acordo com as respostas dadas pelos professores entrevistados, a maioria deles (70%) relatou que a dificuldade nos estudos tem sido a maior contribuição para a evasão do curso. Cerca de 30% dos respondentes acreditavam que o curso não estava de acordo com a realidade do aluno, indicando que o descontentamento com o curso e com as expectativas dos discentes parecem ter contribuído para esta evasão. Um total de 20% dos respondentes afirmou que a evasão está relacionada com a dificuldade financeira e a frequência insuficiente do discente. O estudo apontou ainda, de acordo com 15% dos respondentes, que a distância entre os alunos e a família são também indícios que contribuem para a evasão. Observou-se ainda, como fator contribuinte, que em cerca de 10% das respostas, o problema do horário de permanência na universidade aparece relacionado, uma vez que o curso é integral, o que deve causar incompatibilidade entre as atividades do mundo do trabalho e a formação na Universidade e por fim, com 5%, a questão da mudança de residência apareceu citada, relacionando-se à questão da distância da família e adaptações.

Piacentini (2012) ainda ressaltou na sua investigação que a evasão no âmbito universitário, de um modo geral, vem sendo estudada já há muitos anos e por diferentes pesquisadores com a intenção de identificar as possíveis causas. Mas essas causas são variáveis de acordo com o passar do tempo e do contexto vivido pelos alunos. A autora complementa dizendo que diversas podem ser as causas da evasão no curso de Zootecnia, tais como: causas sociais, atitudes, adaptação ao meio acadêmico, à integração social, situação financeira, habilidades de estudo, formação escolar anterior, imaturidade e a não identificação com o curso.

Os estudos de Barbosa et al. (2018, p.5) relatam que “as greves de 2011; 2012 e 2014 podem ter influenciado no aumento de alunos desvinculados já que, dentre esses, estão aqueles que abandonam o curso e reprovam em todas as disciplinas em que estavam matriculados”, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Barbosa et al. (2018) ainda ressaltam que, quando as paralizações acontecerem, os seus efeitos devem ser minimizados por meio da regularização do calendário acadêmico, para que o impacto na evasão acadêmica seja menor. Devem-se usar ferramentas que proporcionem aos alunos maior interesse de permanecer e concluir o curso.

**Tabela 2.** Evasão dos alunos de zootecnia por semestre letivo.

<b>Ano/Semestre evasão</b>	<b>Desistência/ declinantes (%)</b>	<b>Desvinculados/ Jubilados/ Cancelados (%)</b>	<b>Transferências (%)</b>	<b>Evadidos (%)</b>
2010.1	2,2	3,1	0	5,3
2010.2	0	1,2	0,9	2,1
2011.1	1,7	9	0,6	<b>11,3</b>
2011.2	2,2	1,2	0,6	<b>4</b>
2012.1	1,8	7,5	1,2	<b>10,5</b>
2012.2	0,6	6,9	0	<b>7,5</b>
2013.1	0,9	0,9	0,3	2,2
2013.2	1,4	0	0,9	2,3
2014.1	1,4	0	0,5	<b>1,9</b>
2014.2	1,8	20,3	0,8	<b>22,8</b>
2015.1	1,4	1,4	0	2,7
2015.2	2,9	0,6	0	3,6
2016.1	3	14	1	17,9
2016.2	4,3	0	1,1	5,4
2017.1	6,4	0,3	1,7	8,5
2017.1	2,3	2,6	0,3	5,2
2018.1	2,2	0	1,6	3,7

Fonte: Barbosa et al. (2018), grifo nosso.

Cislaghi (2008, p. 9), em sua tese, identificou 22 trabalhos sobre o fenômeno da evasão discente, caracterizando a origem do fenômeno por problemas endógenos e exógenos. Uma abordagem inicial do autor foi a de que o aluno, em postura ativa, decide desligar-se por sua própria responsabilidade. Mas, acreditamos que isto precisa ser relativizado pelas condições concretas do educando e de sua subsistência histórica.

Outra concepção da evasão pode ser analisada sob a ótica de Ristoff (1999) quando o autor discorre sobre a opção da mobilidade acadêmica e afirma que:

Parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso - nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da Instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento do indivíduo faz sobre suas reais potencialidades (RISTOFF, 1999, p.125).

Esta ideia defendida por Ristoff nos pareceu coerente, no sentido em que as vivências do estudante no campus e no processo formativo podem concorrer para novas experiências e aprendizagens. Isto é amadurecimento do educando e não fracasso, isto faz parte da descoberta e vivências do processo de formação humana. A UFRRJ apresenta um alto índice de mobilidade entre os cursos e de reingresso e desenvolve atividades acadêmicas interdisciplinares.

Por sua vez, Biazus (2004, p. 79), destaca as causas internas como as que se referem aos recursos humanos, a aspectos didático-pedagógicos e à infraestrutura, as causas externas como as ligadas a aspectos sócio-político-econômicos e as causas relacionadas ao aluno como aquelas ligadas à vocação e a outros problemas de ordem pessoal.

Em 1996 a Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC) instituiu uma Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. A respeito das características individuais do estudante, a referida comissão do MEC listou especialmente os seguintes aspectos:

- relativos a habilidades de estudo;
- relacionados a personalidade;
- decorrentes da formação escolar anterior;
- vinculados a escolha precoce da profissão;
- relacionados a dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária;
- decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho;
- decorrentes do desencanto ou da desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção;
- decorrentes de dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas;
- decorrentes da desinformação a respeito da natureza dos cursos;
- decorrente da descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular (ANDIFES, 1996, p. 27).

A leitura do Relatório da Comissão Especial do MEC discorreu que os motivos e causas da evasão decorrem em geral de características pessoais, variando conforme a realidade da vida de cada discente e podem impactar na permanência no curso selecionado, sendo que a evasão

pode se dar por frustração ou por novas oportunidades e buscas de realização em outras áreas. Um dos aspectos que é recorrente se refere a falta de conhecimento prévio acerca do curso de ingresso o que pode levar o estudante a evadir do curso, quando toma consciência de que suas expectativas não estão sendo atendidas, seja pelas características da instituição, seja pelo perfil formativo do curso e de suas condições de oferta, por vezes distantes daquele ‘ideal ‘que o levou a fazer essa opção. Diante dessa constatação, ele busca mudar internamente de curso e, algumas vezes de instituição. Reduzir esse fator representa um desafio para a IES, pois em geral a instituição não possui controle sobre a trajetória formativa de seus discentes, mas ao constatar tais situações, a partir de uma autoavaliação do discente e do curso, a IES pode tomar providências efetivas no sentido de avaliar as causas e os desdobramentos da evasão do discente. Estes aspectos levantados podem auxiliar na avaliação dos cursos e na divulgação do perfil formativo.

Analisando as características individuais fazemos uma relação com os conceitos trazidos Bauman (2001), que contribuem para o entendimento dessas características e do comportamento humano na atualidade, onde o que é fluido e muda com rapidez, sem a solidez vivida por nossos antepassados. O autor discorre que a solidez que está sendo diluída na atualidade, batizada por ele de modernidade líquida, e se refere tanto às antigas instituições quanto à subordinação e opressão, “são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas - os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro” (BAUMAN, 2001, p. 13).

Até algum tempo atrás era difícil um estudante universitário lidar tranquilamente com a ideia de abandonar o ensino superior, mas Bauman (2001) relata mudanças de comportamento ocorridas no decorrer do tempo e mostra que as constantes mudanças vividas e se espalham pelos aspectos da vida, incluindo o educacional.

Os principais fatores internos às instituições listados pela Comissão Especial de Estudos (ANDIFES/MEC, 1996) sobre a Evasão foram:

- peculiares a questões acadêmicas; currículos desatualizados, alongados; rígida cadeia de pré-requisitos, além da falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso;
- relacionados a questões didático-pedagógicas: por exemplo, critérios impróprios de avaliação do desempenho discente;
- relacionados à falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente;
- vinculados à ausência ou ao pequeno número de programas institucionais para o estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, programas PET (Programa Especial de Treinamento), etc.;
- decorrentes da cultura institucional de desvalorização da docência na graduação;
- decorrentes de insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação: laboratórios de ensino, equipamentos de informática, etc.

Os fatores internos à instituição deveriam ser mais simples de serem contornados, solucionando os problemas que afetam a permanência do aluno no curso escolhido, mas infelizmente pode não ser tão fácil colocar em prática estratégias que efetivamente solucionem essas questões.

Seres (2013) discorre sobre como ensinar na atualidade, que está repleta de informações e comunicação ao alcance de todos, através da internet, cada vez mais acessível. O autor lembra que assim como a pedagogia precisou se reinventar com o surgimento da imprensa, ela precisa mudar novamente para se adaptar às novas tecnologias, e talvez esse seja o grande desafio a ser enfrentado nos fatores internos às instituições, mudar o jeito de ensinar e ver o aluno.

A autora destaca a urgência dessa mudança pedagógica, dada a realidade atual dos estudantes, que além de ter acesso a todo tipo de informação, convivem em uma sala de aula completamente diferente, repleta de pessoas de várias partes do país, com culturas e realidades sociais diferenciadas que precisam ser consideradas (SERES, 2013).

Ressaltamos ainda que a Comissão Especial de Estudos (ANDIFES/MEC, 1996) listou um conjunto de fatores externos às instituições que podem influenciar a evasão:

- relativos ao mercado de trabalho;
- relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida;
- afetos à qualidade da escola de primeiro e no segundo grau;
- vinculados a conjunturas econômicas específicas;
- relacionados à desvalorização da profissão, por exemplo, o "caso" das Licenciaturas;
- vinculados a dificuldades financeiras do estudante;
- relacionados às dificuldades de atualizar-se a universidade frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade.

Reduzir os fatores externos relacionados à evasão na educação superior pode ser um desafio para as instituições, pois em geral não é possível ter controle sobre eles. A busca por estratégias que sejam capazes de compensar alguns desses fatores precisa ser contínua.

Analisar esses fatores externos compreendendo as mudanças ocorridas na sociedade nos dias atuais, como as contribuições trazidas por Bauman (2001) e Seres (2013) pode facilitar a compreensão desses fatores e auxiliar na proposição de ações que possam minimizá-los internamente.

A ideia de que as escolhas individuais do aluno de permanecer ou não em um determinado curso podem estar diretamente ligadas à essas mudanças que estão ocorrendo na sociedade, pode naturalizar a questão. Assim como a sociedade influencia externamente o aluno, a universidade pode buscar formas de barrar influências que venham a fazer com que o aluno desista de seu curso e promover ações de apoio e acompanhamento do estudante.

Seres relata que “o mundo global não é mais o mesmo, nem o mundo humano” (SERES, 2013, p. 16). A globalização influencia externamente o aluno que ingressa em uma universidade, mas se o mundo mudou, talvez esteja na hora da universidade também mudar alguns de seus aspectos e rever, por exemplo, suas estratégias de atualização tecnológica, econômica e social.

Observa-se que a questão da evasão no ensino superior passa a ser fortemente pautada nas discussões acerca da política educacional a partir do aumento do ingresso de estudantes nesse nível de ensino, provocado pela expansão da oferta de vagas e pelas políticas afirmativas adotadas para promover o acesso da população anteriormente excluída das instituições universitárias, sobretudo as públicas. Nesse cenário torna-se fundamental não minimizar ou relativizar as causas que promovem a evasão.

De modo geral, as instituições, públicas e privadas, dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos. É, também, o que o estudante declara quando perguntado sobre a principal razão da evasão. No entanto, verifica-se nos estudos existentes que essa resposta é uma simplificação, uma vez que as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou financeiro, para conclusão do curso. Ou seja, ele acha que o custo-benefício do “sacrifício” para obter um diploma superior na carreira escolhida não vale mais a pena (SILVA FILHO et al., 2007, p. 651).

Gisi (2006) segue esse raciocínio, destacando que é difícil os alunos oriundos das classes populares, menos favorecidos, permanecerem no ensino superior, não só pela falta de recursos para pagar as mensalidades, no caso das IES particulares, mas também pela falta de aquisição de “capital cultural” ao longo da trajetória de sua vida e de seus estudos, o que não se obtém de um momento para o outro. A autora menciona que essa desigualdade cultural é sentida desde a educação básica, quando muitos alunos iniciam seus estudos em desvantagem a outros em decorrência das condições de vida que tiveram.

Reconhecer esta desigualdade deve ser o ponto de partida quando se fala em uma escola de qualidade, caso contrário tem-se o que Bourdieu (2001) chama de “os excluídos do interior”. O aluno se encontra incluído no sistema escolar, mas sem que se efetive a sua aprendizagem (GISI, 2006, p.11).

Silva, Zorzo e Serafim (2002), ao discutirem o fenômeno da evasão disseram que o “acesso à universidade supõe uma escolha, uma decisão por um curso ou outro, visando a uma profissão futura, a uma carreira profissional. Porém, uma decisão não é um processo isolado, mas um ato contínuo que se define com o alcance da maturidade” (p. 277). No entendimento

das autoras, “poucos estudantes se dão conta que essa decisão abrange muito mais do que a escolha de um curso ou ocupação” (e que implica) “a elaboração de uma identidade ocupacional concomitante à identidade pessoal” (p. 277). Para as autoras, essa falta de maturidade irá influenciar, mais tarde, na decisão do estudante de abandonar o curso no qual se matriculou.

Maia (1984), realizou sua pesquisa de Mestrado buscando caracterizar o aluno evadido de cursos de graduação. Para isso procurou conhecer a realidade de 14 cursos da Universidade Federal da Paraíba, nas áreas de tecnologia, biologia e humanidades. Considerou como evadido o aluno que não efetivou matrícula em dois semestres consecutivos, constatou que as principais motivações para o ingresso na graduação são o desejo de ascensão profissional, a expectativa de boa remuneração e de melhoria das condições de vida. Pode observar ainda que o desejo de ter um título de nível superior, muitas vezes, leva o estudante a optar por cursos que possuem uma menor concorrência e que as principais justificativas encontradas para a desistência foram a falta de motivação, problemas pessoais e casamento. Segundo os resultados de sua pesquisa, verificou que a evasão ocorre ao longo do curso, mas se mostrou mais acentuada no primeiro ano, aspecto que deve ser estudado nos cursos de graduação.

Cunha e Morosini (2013) destacam o trabalho realizado por Baggi e Lopes (2011), que foi resultado de levantamento bibliográfico realizado no período 2008-2009, onde apresentaram significativos dados sobre causas da evasão/abandono na educação superior. As autoras citadas identificaram quatro trabalhos que apontam diferentes causas da evasão/abandono, entre elas: falta de identidade com o curso escolhido; escolha errada da carreira; desencanto com a universidade; baixa demanda pelo curso, provavelmente associada ao baixo prestígio social do curso escolhido, nesse caso, as licenciaturas. As autoras inferem que “o fenômeno da evasão no ensino superior não pode ser analisado isoladamente” (p. 361). Como o fenômeno acontece em todos os níveis de ensino, inferem que “a necessidade de um capital cultural marca a evasão nos diversos sistemas educacionais” (BAGGI; LOPES, 2011, p. 361, *apud* CUNHA; MOROSINI, 2013, p.84).

Os estudos desses autores citados vêm na direção de reconhecer que apesar de haver uma correlação entre a situação financeira dos estudantes e sua decisão de sair da universidade, essa não é a única causa da evasão, juntamente com outras causas externas, como as culturais, mas pode refletir problemas de natureza pedagógica, como inadequação de currículos e programas, despreparo docente para o desenvolvimento das tarefas educativas, sobretudo no que diz respeito aos métodos de avaliação utilizados e à própria dinâmica de oferecimento das disciplinas, ou seja, deficiência didático pedagógica de muitos docentes. Conforme destacam

Peixoto *et al* (2000), muitas vezes as próprias condições institucionais são responsáveis pela “expulsão” do estudante.

Gerenciar uma organização orientada ao conhecimento significa empregar o recurso saber para aumentar a eficiência e renovar a qualidade, gerando saberes com base nas informações e transformando-os em vantagens competitivas sustentáveis, que chegarão a ser mensuráveis como êxitos em suas atividades (NORHT, 2010, p.6).

Outro aspecto, que nos parece relevante, é o alerta feito por Gaioso (2005 *apud* CISLAGHI, 2008, p. 9) quando fala das dificuldades para os levantamentos de dados sobre evasão discente, pois “alguns dirigentes não se sentem à vontade para prestar informações sobre evasão em suas Instituições”. Nesse sentido, apresenta trecho de uma entrevista com uma Coordenadora de IES:

Esse não é um assunto que não se pode falar abertamente. É a síndrome da contradição: enquanto o problema for negado ele não será discutido. [...] Assumir esse problema depõe contra a Universidade. É melhor calar ou negá-lo (GAIOSO, 2005, p.33).

Além disso, Cislighi (2008, p.28), lembra que o “problema da evasão pode ser interpretado sob diversos ângulos [...] resultando em avaliações diferentes quanto à sua dimensão”. Para o autor, a evasão pode ser do Curso, da IES ou do Sistema, possibilitando que o aluno continue em outro Curso ou IES, desfigurando meros dados quantitativos.

Davok e Bernard (2016), em seus estudos sobre a avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, observaram que os cursos de Ciências da Saúde apresentam a menor evasão média no período analisado, registrou um percentual de 19,6% de evasão, com destaque para o curso de Enfermagem que, entre os cursos analisados, apresentou o menor índice. Entre os cursos de Engenharia, o de Engenharia Civil apresentou o maior índice médio de evasão, 53,8%. Esse índice confirma o estudo de Gaioso (2005) que concluiu que o curso de Engenharia Civil apresenta índices elevados e oscilantes de evasão. Numa análise geral, os autores verificaram que cursos da área de Ciências da Saúde são os que apresentaram os menores índices médios de evasão no período. Já os cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharia, e Linguística, Letras e Artes, registraram uma evasão acima da média da Instituição, que é de 38,2%.

Os autores, Davoke, Bernard (2016), ainda relatam que as causas do fenômeno da evasão podem estar tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo das instituições, como também podem estar relacionadas a questões pessoais do aluno. Os fatores referentes ao ambiente dizem respeito à estrutura física da instituição que pode não ser favorável, como a

falta de bibliotecas com acervo atualizado e de laboratórios especializados para o ensino e a pesquisa, salas de aulas com móveis inadequados e sistema de ventilação precário.

Quanto aos professores, alguns dos problemas apontados na literatura sobre causas da evasão apontaram os seguintes fatores: a falta de formação pedagógica, que influencia na relação professor-aluno, procedimentos e critérios de avaliação inadequados e o não reconhecimento das dificuldades de aprendizagem do discente.

Outro fator de destaque nos estudos foi ‘a assistência socioeducacional’, de ordem econômica, diz respeito à política de permanência e às ações da IES para manter o aluno na universidade, como o oferecimento de bolsas de pesquisa, extensão, monitoria e de apoio discente, visando auxiliar economicamente o aluno.

Quanto aos aspectos externos, os autores supracitados apontaram as condições sociais, políticas, econômicas e pessoais do aluno como principais causas da evasão. O fator financeiro, ou seja, a falta de recursos do aluno para manter-se na IES, e/ou a incompatibilidade do horário das aulas com o horário de trabalho são fatores que dificultam a permanência do aluno. Nessa linha, o mundo do trabalho, em consequência das mudanças que ocorrem na economia do país e que podem interferir na valorização ou desvalorização de algumas profissões, também pode contribuir na decisão do aluno em mudar de curso.

Quanto aos fatores de evasão de ordem pessoal do aluno, os autores apontam como causas a falta de vocação e causas de ordem familiar. A falta de vocação se refere a erro na escolha do curso, incompatibilidade com a profissão escolhida, realização de novo vestibular para mudança de curso. Já as causas de ordem pessoal dizem respeito a problemas de saúde, problemas de adaptação ao ambiente Universitário, casamento e gravidez não planejados, que atinge mais as mulheres.

No âmbito público o desperdício financeiro também pode ser verificado, no entanto, neste caso, o abandono significa recurso público investido sem o devido retorno, já que são alocados professores, funcionários, equipamentos e espaço-físico cuja capacidade total não é integralmente desfrutada, devido à evasão (SILVA E FILHO et al., 2007).

Do ponto de vista do aluno, iniciar, mas não terminar um curso de graduação também gera custo. Além dos recursos financeiros pessoais investidos pelo próprio indivíduo, o tempo destinado às atividades da graduação não concluída poderia ter sido alocado em outras atividades que trariam retorno ao evadido (CUNHA; NASCIMENTO; DURSO, 2014).

Para elucidar a compreensão, destaco a teoria do capital humano ao preconizar que o mercado de trabalho recompensa financeiramente os indivíduos que completam um ciclo educacional, ou seja, aqueles que possuem ensino superior completo seriam remunerados a um valor maior do que aqueles que não concluíram o ciclo da graduação (BECKER, 1962). Assim, para o discente, começar e não terminar um curso de graduação pode acarretar uma frustração profissional que o acompanhará por toda a vida.

Em um estudo com o objetivo de levantar as causas da evasão em uma universidade brasileira, Andriola (2009), por meio de uma entrevista semiestruturada com 21 coordenadores de curso e 52 professores, observou que o baixo grau de informação acerca do curso, o fato do estudante trabalhar e o estado civil são os fatores que mais influenciam os estudantes a abandonarem o curso. A maior parte dos entrevistados (74% dos professores e 87% dos coordenadores) indicaram que uma boa estratégia para evitar a evasão seria a figura do professor orientador já no início do curso.

Segundo Dias, Theophilo e Lopes (2010), em estudo realizado sobre essa temática, 63,2% dos discentes entrevistados afirmaram que apresentaram falhas quando optaram por um determinado curso de graduação, o que confirma a necessidade de uma orientação profissional para apoiar o processo de tomada de decisão quanto à escolha da carreira a seguir.

O abandono dos discentes no âmbito do ensino superior pode estar, ainda, relacionado com os seguintes fatores: condições socioeconômicas do estudante, compatibilidade do estudo com a inserção no mercado de trabalho, condições econômicas e sociais da região onde vive o indivíduo, custeio do ensino médio (público ou particular), idade, sexo, talento, determinação e vontade de continuar (BENSIMON, 2007; STRATTON et al. 2008; ANDRIOLA, 2009).

Walmsley et al. (2010) relatam que a evasão está relacionada a fatores de ordem vocacional; desempenho acadêmico; questões didáticas e pedagógicas; dificuldades de inserção no ambiente social da academia; currículo; problemas relacionados à falta de estrutura do curso para corresponder às demandas; influências de amigos e familiares; interesses pessoais; e, características institucionais.

A seguir destacaremos o REUNI buscando possíveis compreensão sobre a expansão da educação superior, o acesso e a permanência dos estudantes, buscando levantar possíveis causas da evasão na educação superior brasileira.

## 1.2 Expansão da educação superior no Brasil e REUNI

Antes de abordar a evasão estudantil de graduação no Brasil, nos parece importante abordar alguns dos fatores desencadeantes. Nesse sentido, Cislighi (2008), em sua tese de doutorado, faz amplo estudo sobre essa questão. Baseado em estudos de Pereira (2008) o autor da pesquisa lembrou que até os anos 1930 grande parte das escolas eram públicas e com boa qualidade.

A partir dos anos 1960, continua o autor, o das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas perde qualidade e a rede particular expande o ensino com maior qualidade, que foi acessado pelas classes mais abastadas. A rede particular chegou a ser 70% das IES e ter 73% das matrículas, em relação às Instituições Públicas. Tal expansão desenfreada gerou ociosidade de vagas na rede particular na ordem de 48%, em 2005, segundo Censo do INEP (BRASIL, 2005 b). Segundo os dados do Censo da Educação Superior do INEP (BRASIL, 2019) houve aumento nessa relação, com 87,8% de IES Particulares e 75,4% das matrículas do ensino de graduação.

Cabe refletir que a acelerada expansão de vagas e a diminuição da qualidade do ensino médio<sup>1</sup> produz um aluno não tão bem-preparado para o ensino superior, o que foi um dos fatores que estimulou a grande expansão de nível de Pós-Graduação a partir de 1975 com o 1º Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG 1975-1979), incluindo o 1º Plano Institucional de Capacitação Docente (PICD).

Segundo o descrito no documento da CAPES (2020), o primeiro PNPG teve como principal missão introduzir o planejamento estatal das atividades de pós-graduação e formar especialistas para o sistema universitário, contribuindo para formar os primeiros quadros de pesquisadores do país. Houve, desde então, a criação acelerada de cursos de mestrado e doutorado e uma expressiva capacitação docente. Os Planos que se seguiram buscaram manter e aperfeiçoar o ritmo de expansão da pós-graduação brasileira, tanto apoiando os cursos existentes e a criação de novos cursos, definindo um sistema de avaliação em nível nacional, como estruturando um processo de internacionalização da pós-graduação.

---

<sup>1</sup> As causas dessa diminuição da qualidade do Ensino Médio são as mais variadas e têm gerado importantes estudos, muitos debates e inquietação, tanto no meio acadêmico, quanto na sociedade em geral. Não é nosso propósito discutir essa questão, que por si só representaria uma pesquisa em nível de doutorado, mas é importante ressaltar que, segundo dados do IBGE (2016), as desigualdades são profundas nesta etapa da escolarização: enquanto 71% dos jovens brancos estão no Ensino Médio, apenas 57% dos jovens negros cursam a etapa; enquanto 86,6% do um quarto mais rico da população cursam o Ensino Médio, somente 52,5% dos 25% mais pobres estão na etapa; enquanto 71,5% dos jovens da Região Sudeste estão no Ensino Médio, apenas 53,4% da Região Nordeste estudam em escolas dessa etapa.

Destaco ainda que o 6º PNPG (2011-2020) reforçou a importância do apoio à educação básica e outros níveis e modalidades de ensino para expansão do número de mestres e doutores, bem como a necessidade da criação de programas de pós-graduação em formatos inovadores que ofereçam maior interdisciplinaridade e flexibilidade curricular. Embora em 2021 venham ocorrendo vários cortes orçamentários que afetam a estrutura da pós-graduação brasileira, há um reconhecimento, em nível nacional, da fundamental importância desses programas pelo seu papel no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como para uma maior garantia da qualidade do ensino em todos os níveis.

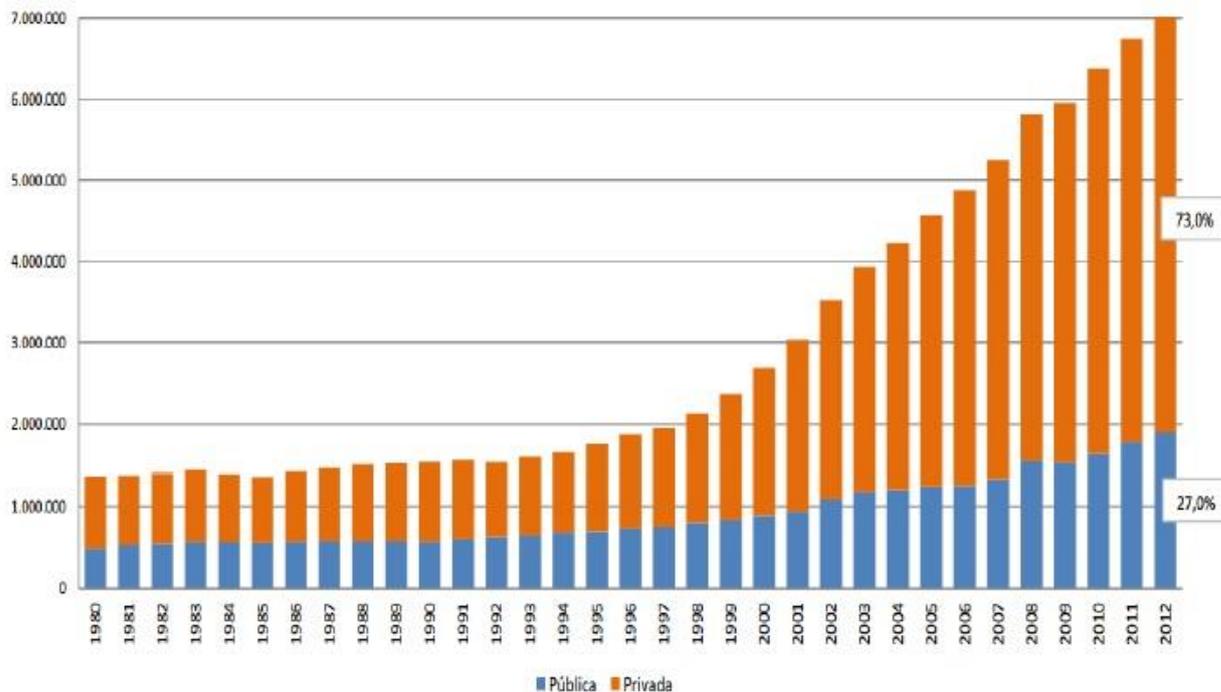
Segundo os estudos de Corcini; Boneti, (2016), com a ampla expansão das Instituições de Ensino Superior - (IES) no Brasil, principalmente na década de 1990, as exigências e o controle da qualidade de ensino das instituições públicas ou particulares tornaram-se mais rigorosos, e deste modo, a realização de alterações foram indispensáveis, mudanças essas que pretendem propiciar o aumento do nível educacional, pois isso é fundamental para o desenvolvimento de uma população, proporcionando uma melhoria em todo o âmbito da vida .

Muitas dessas alterações dizem respeito a questões curriculares, aos perfis dos cursos de graduação mais alinhados com as expectativas da sociedade e, nela, com o mercado de trabalho cada vez mais exigente e carente de profissionais com níveis elevados de formação. Para muitos dos ingressantes nas universidades, originários de um ensino médio deficitário, como já mencionado anteriormente, o nível de complexidade de muitas disciplinas tem se constituído um dos fatores que terminam ocasionando a evasão. Anteriormente ao final dos anos de 1990 esse fato não era tão visível, uma vez que havia uma forte elitização do alunado que ingressava nas instituições públicas de ensino.

Nesse sentido, estudiosos das questões relacionadas à evasão na educação superior trazem o marco temporal dos anos de 1990 como o momento em que a expansão desse nível de ensino se dá de forma mais alinhada com uma outra política de acesso, em oposição ao que era praticado, sobretudo nas instituições de ensino superior públicas, historicamente consideradas como promotoras de cursos de melhor qualidade.

Santos Júnior e Real (2017), apresentam no gráfico 1 a expansão da matrícula nos cursos superiores, no período de 1980 a 2012, onde, a partir de 1998, onde se percebe o crescimento exponencial do número de estudantes matriculados.

**Gráfico 1.** Evolução da matrícula na educação superior de graduação por categoria administrativa/Brasil 1980-2012



Fonte: Santos Júnior e Real (2017, p. 388).

O estudo de Santos Júnior e Real (2017), ilustrados no Gráfico 1, apresentaram uma série histórica com os números de alunos matriculados nos cursos de graduação no Brasil a partir de 1980 até o ano de 2012. Foi possível perceber que de 1998 para frente, a expansão na educação superior se tornou mais visível, o que reflete as iniciativas públicas adotadas na educação superior nas duas últimas décadas, o que se deu, inicialmente, pelo predomínio de políticas focalizadas no setor privado, e, posteriormente, com a formulação de políticas para o setor público, seguido de aumentos expressivos do número de IES com fins lucrativos (DOURADO, 2002; SGUISSARDI, 2008; OLIVEIRA, 2009; SANTOS JÚNIOR; REAL, 2017).

Os estudos de Dourado (2002), Sguissardi (2008) e Oliveira (2009), mencionam que essa expansão reflete as iniciativas públicas adotadas na educação superior, principalmente nos anos de 2003-2015, o que se deu, inicialmente, pelo predomínio de políticas focalizadas no setor privado, e, posteriormente, com a formulação de políticas para o setor público, seguido de aumentos expressivos do número de IES com fins lucrativos.

Observe-se que essa expansão na oferta de vagas e no ingresso de estudantes ganha corpo, sobretudo, após a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM, em 1998 e, posteriormente, em 2009, com a adoção do Sistema de Seleção Unificada – SisU, e ainda mais

fortemente, com a adoção do sistema de cotas sociais e raciais, implementado oficialmente a partir de 2012, o que muda de forma significativa o perfil dos ingressantes nas universidades públicas.

Com a significativa expansão da educação superior pública ocorrida a partir de 2006, aumentando o número de instituições, cursos e, sobretudo, de vagas discentes, e com a política de cotas raciais e sociais que permitiu o ingresso de estudantes das classes populares, ficou mais nítida a necessidade de políticas voltadas para a permanência, pois não adianta criar condições de acesso sem que existam formas de garantir que os estudantes cheguem ao final de seus cursos.

Em 2012, a promulgação da Lei nº 12.711/2012 garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos e teve como base o projeto que auxiliou na correção das distorções históricas que marcaram a trajetória da exclusão das classes menos favorecidas ao acesso à educação superior pública no Brasil. A referida lei se apresentou como uma estratégia para inclusão, democratização do acesso e de oportunidades para o ingresso em nas Universidades e Instituições Federais, por meio de cotas.

Com base na Lei nº. 12.711 de 2012, no seu artigo 6º, o acompanhamento e ficou sob a responsabilidade de um comitê composto por representantes do Ministério da Educação, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), contando ainda com a participação de representantes de outros órgãos, entidades e da sociedade civil.

Conforme dispõe o artigo 7º da Lei nº. 12.711/2012:

O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos a revisão da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, referente à ação afirmativa para o acesso às instituições de educação superior, de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Para auxiliar no monitoramento e na qualidade das ações prestadas, faz-se necessário o empreendimento de pesquisas para subsidiar esta revisão. (BRASIL, 2012, artigo 7º).

Esse fato remete a uma outra questão que se relaciona com a temática da evasão educacional, foco desta investigação, qual seja, não basta haver um maior acesso e permitir o ingresso dos até então excluídos da educação superior. É necessário fundamental que existam programas voltados para a permanência desses estudantes. Embora tenha sido criada uma política nacional voltada para a assistência estudantil, os recursos a ela destinados ainda são

insuficientes para o atendimento a esse novo público que acessa às instituições públicas e, nos últimos anos, os cortes orçamentários também atingiram fortemente aos programas desenvolvidos.

Nas últimas décadas houve um crescimento no ensino superior privado, com a criação de diversas IES, com o aparecimento de um número crescente de novos cursos e com uma explosão na oferta de vagas (PEREIRA, 2003), conforme descrito no início deste capítulo. Essa oferta demasiada gerou uma saturação do mercado e culminou em resultados evidentes e previsíveis: o surgimento de cursos de baixa qualidade, cujo maior atrativo para estudantes eram os diplomas fornecidos, e o acirramento da concorrência entre essas instituições na disputa pela clientela (CISLAGHI, 2008).

O Censo da Educação Superior 2017, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC), apresenta os dados globais mais recentes sobre a realidade brasileira no setor da educação.

As Tabelas 3 e 4 apresentam dados oficiais sobre as redes de ensino superior públicas e privadas, evidenciando as diferenças entre número de instituições, cursos oferecidos e matrículas e o problema da ociosidade existente.

**Tabela 3.** Instituições, cursos e matrículas nas IES - 2017.

Indicadores	IES				Totais
	Públicas		Privadas		
	Nº	%	Nº	%	
Instituições	296	12,1	2.152	87,9	2.448
Cursos	10.425	29,4	24.955	70,6	35.380
Matrículas	2.045.356	24,6	6.241.307	75,4	8.286.663

Fonte: INEP (BRASIL, 2017)

Na tabela 03 observou-se que em 2017 que de um total de 296 Instituições da Educação Superior, cerca de 12,1% são de natureza pública e 87,9% de natureza privada. Isto se deve às políticas de expansão da educação superior pública no Brasil incentivadas oficialmente como políticas do Governo do Presidente do Brasil Luiz Inácio da Silva (2003-2010).

A expansão da educação superior em 2019 segundo dados oficiais do MEC-INEP, pode assim ser caracterizada:

São ofertadas 16.425.302 vagas de graduação, sendo 94,9% privados e 5,1% públicas. Do total geral de vagas, 63,3% são ofertadas a distância, as demais (36,7%) são ofertadas presencialmente. Na categoria privada, a maioria das vagas é ofertada na modalidade a distância (66,0%) e, diferentemente, na categoria pública, a maioria das vagas é presencial (87,6%). Além disso, quanto ao tipo de vaga, verifica-se a seguinte distribuição: 71,6% de vagas novas, 27,8% de vagas remanescentes e 0,6% de vagas de programas especiais. (Brasil, 2021, p. 19).

A Tabela 4 apresenta a relação entre oferta de vagas e matrículas em Instituições da Educação Superior (IES) no Brasil.

**Tabela 4.** Oferta e ingresso em vagas iniciais nas IES - 2017.

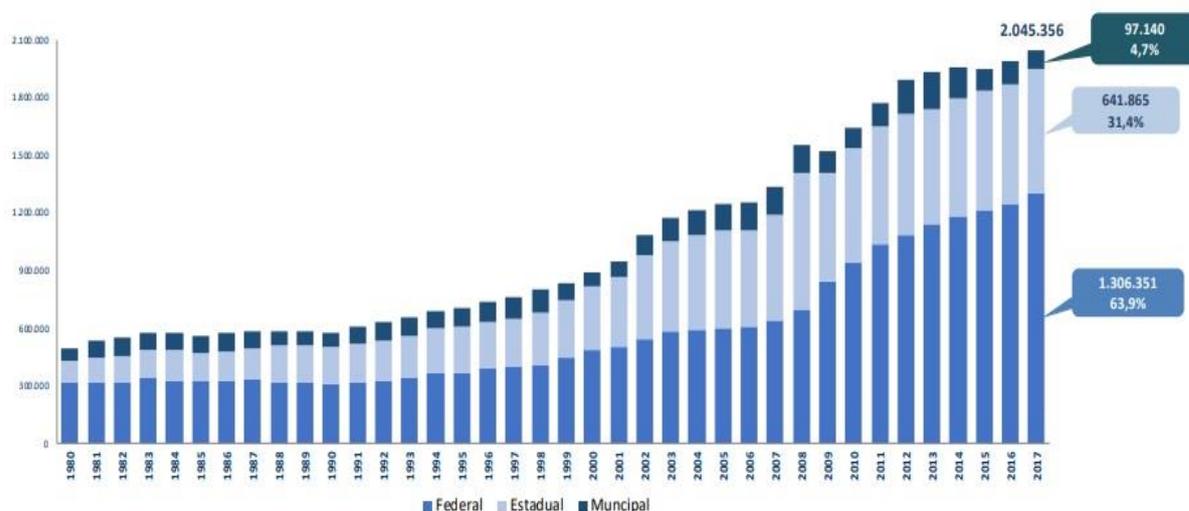
Indicadores	IES		Totais
	Públicas	Privadas	
Oferecidas	655.033	7.245.027	7.900.060
Relação Candidato X Vaga	11,9	1,1	
Vagas Ociosas	65.447	4.608.364	5.031.720
Percentual de Ociosidade	9,9%	63,6%	

Fonte: INEP (BRASIL, 2017)

Destacou-se na tabela 4 que a relação candidato vaga média na Universidade pública brasileira em 2017 foi de 11,9, enquanto nas IES privadas esta relação cai para 1,1%, mesmo diante das políticas de bolsas e incentivos dados com programas, a exemplo do PROUNI. Ressalta-se ainda que o percentual de ociosidade de vagas nas IES públicas em 2017 foi de 9,9%, enquanto nas IES privadas este número chega a 63,6%. Isto parece ser reflexo da realidade socioeconômica do Brasil, da precariedade do mundo do trabalho e do emprego, da diminuição de renda da população carente e da diminuição de investimentos públicos em educação a partir, principalmente de 2017, com a diminuição de bolsas e de políticas sociais no Brasil.

Continuando a análise, o Gráfico 2, a seguir, apresenta o número de matrículas em cursos de Graduação na Rede Pública do ano de 1980 ao ano de 2017 (BRASIL, 2017).

**Gráfico 2.** Número de Matrículas em cursos de Graduação na Rede Pública entre os anos de 1980 a 2017.



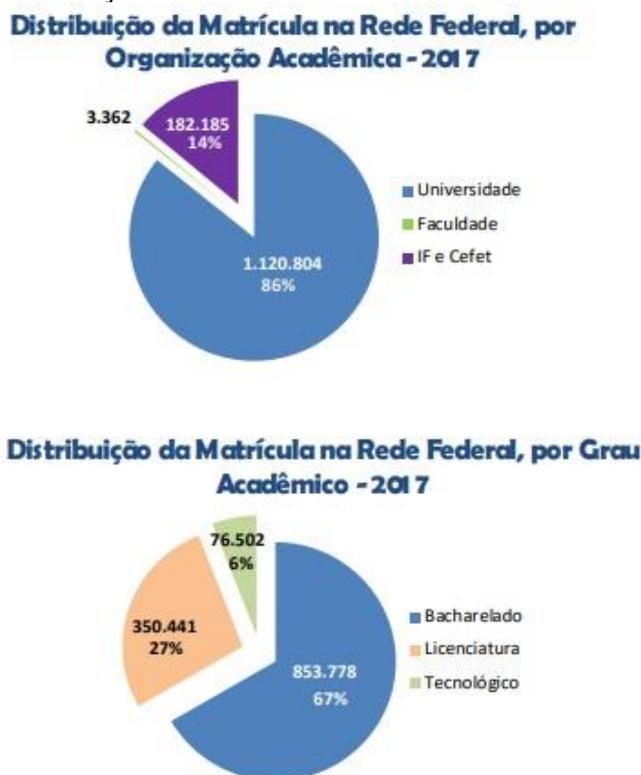
Fonte: INEP (BRASIL, 2017)

É possível notar no gráfico 2 que entre 2016 e 2017, a rede pública cresceu 2,8% (Federal: 4,6%; Estadual: 3,0%; Municipal: -17,2%). A rede federal consolida-se como a maior rede pública com participação de 64% e com mais de 1,3 milhão de alunos em 2017. Nos últimos 10 anos, a rede federal teve a maior taxa de crescimento anual entre todas as redes, 7,4%, de acordo com Censo da Educação Superior, realizado em 2017.

A Rede Federal de Educação conta com 63 universidades e 40 Institutos Federais/CEFET, todos ligados ao MEC. Há ainda, 6 faculdades, uma ligada ao MEC (INES) e cinco vinculadas a outros ministérios (ENCE, ITA, IME, AMAN e EsEFEx). Nas universidades, presentes em todas as unidades da federação, estão matriculados mais de 1,1 milhão de alunos.

De 2007-2017, a rede federal de educação, como consequência das políticas públicas de expansão, acesso e ao ensino superior público federal no Brasil, plataforma política dos governos do Partido dos Trabalhadores, mais que dobrou de tamanho, principalmente com a criação dos Institutos Federais (LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e deu outras providências), expansão de vagas, concursos e campi das Instituições Federais de Educação Superior no Brasil. (BRASIL, MEC, 2008). A Figura 1 que se segue ilustra esta expansão:

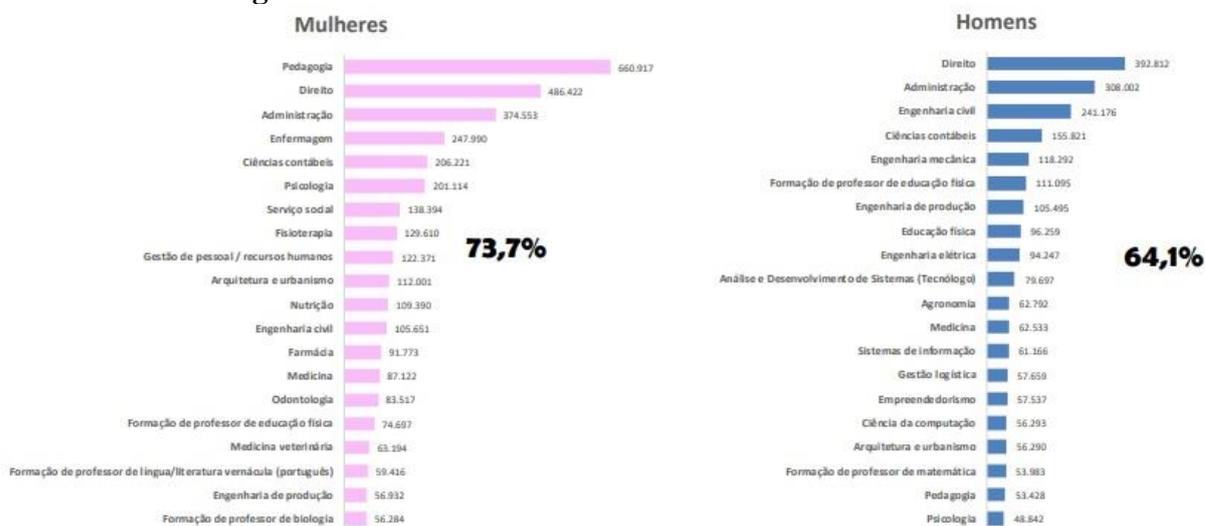
**Figura 1.** Distribuição de matrícula na Rede Federal de Ensino Superior.



Fonte: INEP (BRASIL, 2017)

Ainda de acordo com o Censo da Educação Superior de 2017 (BRASIL, 2017), dentre os cursos mais procurados de educação superior, estão os cursos de pedagogia, direito, administração, enfermagem, engenharia civil e ciências contábeis. Por meio da Figura 2 observamos a distribuição das matrículas por gênero.

**Figura 2.** Os 20 Maiores Cursos em Número de Matrículas.



Fonte: INEP (BRASIL, 2017)

Na figura 2 foi possível verificar que a maioria dos jovens e adultos que cursam o ensino superior de graduação é do sexo feminino (cerca de 73,7% das matrículas), predominando o curso de pedagogia como o mais procurado pelo gênero feminino e os cursos de Direito e Administração, sendo os cursos mais procurados pelo gênero masculino.

Para explicar as características entre as Instituições de Ensino Superior (IES) é preciso levar em consideração a necessidade ou não de pagamento de mensalidade para cursar um curso de nível superior, pois existem interessados em cursar a graduação, mas alguns com dificuldades financeiras para ingressar numa IES privada e sem conseguir aprovação na universidade pública, ou mesmo aqueles que têm a necessidade de conjugar estudo e trabalho, com horários nem sempre compatíveis com a realidade do candidato à vaga.

Agravando esta realidade dois problemas desafiam as IES: a retenção e a evasão estudantil. A retenção ocorre quando um estudante leva mais tempo do que o pré-estabelecido para concluir o curso de graduação escolhido. A evasão, por sua vez, tem diferentes interpretações podendo ser resultante de perdas financeiras e pedagógicas para as IES, mas principalmente para os estudantes evadidos, ocorrendo um prejuízo no seu desenvolvimento pessoal, além do investimento financeiro decorrente do tempo em que cursou a universidade.

As questões ligadas à permanência dos estudantes de graduação desde o seu ingresso até a colação de grau tem sido uma preocupação das instituições públicas de ensino superior. A

constatação de que não bastam políticas que favoreçam o ingresso, como a política de cotas, se não houver também políticas que garantam a permanência dos estudantes.

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu artigo 206, inciso I, destaca que deve haver ‘igualdade de condições para o acesso e permanência na escola’; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (MEC, Lei 9394/1996), em seu artigo 3º, normatiza que um dos princípios que fundamentam o ensino deve ser a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, destacou como meta - “criar condições para ampliação de acesso e permanência na Educação Superior”, destacando em suas diretrizes, listadas no artigo 2º, a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil”.

Por sua vez, a Conferência Nacional de Educação- CONAE (2014) propôs e o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), colocou dentre suas Metas, a que trata da elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior, preservando a qualidade da oferta e ampliando as políticas de inclusão e assistência estudantil<sup>2</sup>.

Observe-se que a CONAE (2014) reuniu educadores de todo o país e foi precedida por várias conferências setoriais, o que conferiu à elaboração do PNE 2014-2024 uma participação mais efetiva das organizações da sociedade civil. Tal fato merece ser destacado tendo em vista que o PNE anterior (2001-2011), recebeu inúmeras críticas por ter desconsiderado toda uma histórica discussão conduzida pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que pressionou o governo para que criasse o Plano, previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para ser apresentado ao Congresso Nacional um ano após a promulgação da Lei, em dezembro de 1996, o que de fato só aconteceu em 2001. Todo o período de discussão do primeiro PNE foi permeado por disputas entre dois projetos, o da sociedade civil e outro construído pelo executivo, apresentando

[...] perspectivas opostas de política educacional. Elas traduziam dois projetos conflitantes de país. De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo. O PNE da Sociedade Brasileira reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a plena democratização da gestão educacional, como eixo do esforço para se universalizar a educação básica.

---

<sup>2</sup> A estratégia 12.5, da Meta 12 do PNE visa. “ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico”.

Isso implicaria propor objetivos, metas e meios audaciosos, incluindo a ampliação do gasto público total para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público. (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 98).

De qualquer forma, mesmo que as metas do PNE não tenham sido alcançadas, em sua maioria, destacamos que duas delas demonstraram preocupação com o acesso e a permanência dos estudantes da educação superior. **A meta 19** indicava a criação de políticas que facilitassem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso e esse nível da educação, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior. Já a **meta 34** indicava o estímulo à adoção, pelas IES, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes carentes, com bom desempenho acadêmico. Com a expansão expressiva ocorrida com o REUNI, a questão dos recursos para a permanência dos estudantes ficou ainda mais premente.

### **1.3 Ações afirmativas na educação superior no Brasil**

As políticas educacionais afirmativas objetivam principalmente reparar desigualdades que possam estar presentes historicamente no nosso sistema educacional brasileiro, pois por muito tempo, a educação pública superior no Brasil reservou aos menos favorecidos uma educação fragmentada e com princípios de terminalidade e aligeiramento.

Os estudos de Santos (2012) descrevem a importância da política de ação afirmativa para as universidades públicas brasileiras:

Implicitamente, o processo de adoção das ações afirmativas e seus significados remetem à emergência de termos definidores do que seriam políticas diferenciadas para grupos e populações excluídas. E as universidades públicas tornaram-se *locus* privilegiado na sociedade brasileira para se entender a forma como discursos de manutenção de status e poder apareciam na esfera pública. Lugar de reprodução das desigualdades, a academia teve que sair das suas vestais e responder com propostas e ações. (SANTOS, 2012, p.14)

Em 2007 foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), voltado a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior. Um dos objetivos é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação, com intuito de diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização na educação superior (COSTA, 2009). Tal alternativa prevê auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura,

esportes, creche e apoio pedagógico, na perspectiva, dentre outras coisas, de reduzir a repetência e a evasão.

Os estudos desses autores citados vêm na direção de reconhecer que apesar de haver uma correlação entre a situação financeira dos estudantes e sua decisão de sair da universidade, essa não é a única causa da evasão, juntamente com outras causas externas, como as culturais, mas pode refletir problemas de natureza pedagógica, como inadequação de currículos e programas, despreparo docente para o desenvolvimento das tarefas educativas, sobretudo no que diz respeito aos métodos de avaliação utilizados e à própria dinâmica de oferecimento das disciplinas, ou seja, deficiência didático pedagógica de muitos docentes. Conforme destacam Peixoto et al. (2000), muitas vezes as próprias condições institucionais são responsáveis pela “expulsão” do estudante.

Cabe destacar que não se deve tratar a Assistência Estudantil como algo novo, que se institucionaliza a partir de 2007, com base no disposto na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, na realidade faz parte de discussões e lutas históricas no seio da sociedade brasileira. Estudo de Dutra, et al. (2017), demonstra que:

(...) as primeiras práticas de AE remontam a década de 1930, atrelada à consolidação das primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas. Segundo Nascimento (2013), nesse período as ações de assistência ao estudante constituíam-se em mecanismos emergenciais e focalizados, que se inserem na agenda educacional brasileira diante das exigências de modernização do país que demandavam a escolarização da classe trabalhadora. Sua emergência é marcada, sobretudo, pelos programas de alimentação e moradia (PINTO; BELO; PAIVA, 2012). Uma importante ação de assistência prestada ao estudante nesse momento foi a abertura da Casa do Estudante do Brasil, a qual se estabeleceu no Rio de Janeiro no início dos anos de 1930, com o objetivo de auxiliar os estudantes com maiores dificuldades econômicas.

As autoras destacam ainda o papel assumido pelo Movimento Estudantil, através da UNE, que, dentre as teses levadas ao Congresso Nacional de Estudantes, em 1938, destacava aquela relacionada com a situação econômica do estudante, que incluía os seguintes pontos: problema das taxas e matrículas; subvenção do Estado; problemas de habitação – cidades universitárias; casas de estudantes e casas de internos; problemas de alimentação; birô de empregos; estágios remunerados; racionalização do trabalho intelectual; assistência médica, dentária e judiciária (POERNER, 2004).

É ainda destacado pelas autoras que nas Constituições Federais de 1946 e 1967, bem como na LDB de 1961, a educação aparece como direito de todos e torna-se obrigatória a Assistência Educacional aos estudantes necessitados, capaz de permitir que os mesmos consigam eficiência escolar. Após o período da ditadura militar, em que os estudantes foram

reprimidos de se manifestar, com o processo de redemocratização do país, voltam a ter protagonismo, tendo como marco a realização do 1º Encontro de Casas do Estudante, em 1976.

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, que assume grande protagonismo na luta pela instituição de uma política pública que atenda às demandas da comunidade estudantil. O FONAPRACE vem discutindo e elaborando propostas, encaminhadas ao MEC, de políticas e diretrizes de apoio e promoção de melhores condições ao discente, visando contribuir para a estruturação de uma Política de Assistência Estudantil em nível federal. O Fórum tem também produzido pesquisas para clarificar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das IFES, sendo a última versão divulgada em junho de 2019.

O levantamento realizado disponibiliza, além de dados do perfil social (cor ou raça, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, escolaridade de pais e mães) e econômico (renda, trabalho, bens e moradia), indicadores educacionais e acadêmicos anteriores e posteriores ao ingresso dos estudantes nas universidades. São dados substantivos que podem auxiliar na compreensão das diferentes questões que envolvem essa temática, além de contribuir para a análise dos impactos das políticas públicas e para a definição de novas políticas que possam dar conta das demandas identificadas.

Todas essas lutas em prol da institucionalização de uma política pública deram sustentação ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES que foi instituído pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, destinado aos estudantes de cursos de graduação presenciais das IFES, sendo implementado a partir do ano de 2008. É entendido como um marco histórico para a política de assistência (IMPERATORI, 2017), por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas instituições do país. A autora destaca que, na análise de Vasconcelos (2010), essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

Em 2010 o programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi aprovado através do DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. O programa teve algumas alterações, se constituindo como política consolidada, o que lhe deu mais força do que a Portaria de 2007. O PNAES (2010) tem como objetivos:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

As ações a serem desenvolvidas com os recursos do PNAE, para assistência estudantil, foram previstas para abranger as seguintes áreas:

I - Moradia estudantil;

II - Alimentação;

III - transporte;

IV - Atenção à saúde;

V - Inclusão digital;

VI - Cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - Apoio pedagógico; e

X - Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

(BRASIL, MEC, DECRETO 7.234/2010)

A seguir contextualizaremos no próximo capítulo, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Curso de Graduação em Zootecnia, lócus deste estudo com o objetivo de estudar a evasão estudantil neste cenário.

## **2 A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E A EVASÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

O objetivo deste capítulo foi o de analisar documentos oficiais da UFRRJ, buscando verificar o tratamento que vem sendo dado a evasão estudantil, no ensino de graduação, com base em documentos legais e caracterizando as políticas institucionais que buscam a permanência e a inclusão estudantil;

### **2.1 A UFRRJ, histórico, contexto, missão**

A UFRRJ, remonta ao ano de 1910, quando o Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, do Presidente Nilo Peçanha, regulamentou o ensino agrícola em todos os seus graus e modalidades, e criou a Escola Nacional de Agronomia e Medicina Veterinária – ESAMV, considerado o marco inaugural da universidade.

A primeira sede da ESAMV foi instalada em 1911, no palácio do Duque de Saxe, bairro do Maracanã, Rio de Janeiro, onde hoje funciona o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). O primeiro diretor foi o engenheiro agrônomo Gustavo Dutra.

Inaugurada oficialmente em 1913, a ESAMV funcionou por dois anos em Deodoro, bairro da Zona Norte do Rio, onde ficava seu campo de experimentação e prática agrícola. Fechada por falta de verbas, fundiu-se à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro e retomou suas atividades em março de 1916. Naquele mesmo ano, foi formada a primeira turma de engenheiros agrônomos, com apenas dois alunos. No ano seguinte, diplomaram-se os primeiros quatro médicos veterinários formados pela Escola.

Em 1918, a ESAMV foi transferida para a Alameda São Boaventura, em Niterói, onde hoje se encontra o Horto Botânico do Estado do Rio de Janeiro. Dois anos depois, a instituição ganhava mais um curso: Química Industrial. Em mais uma mudança, a Escola se estabeleceu na Praia Vermelha, em 1927. Já em 1934, por Decreto Federal a ESAMV foi dividida em três instituições: Escola Nacional de Agronomia (ENA), Escola Nacional de Veterinária (ENV) e Escola Nacional de Química. A ENA subordinava-se à Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional de Produção Vegetal; e a ENV, ao Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério de Agricultura. A Escola Nacional de Química, foi transferida para o antigo Ministério da Educação e Saúde, e viria a se constituir na Escola de Engenharia Química, da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – antiga Universidade do Brasil.

Nessa ocasião a ENA e a ENV tiveram um regulamento comum e foram consideradas estabelecimentos padrão para o ensino agrônômico do país. Algumas outras alterações ocorreram até que, em 1943, as duas Escolas transformam-se em Universidade, com a denominação de Universidade Rural do Brasil, vinculada ao Ministério da Agricultura. Mais tarde, em 1963, após a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é transferida para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Universidade Federal Rural do Brasil. Em 1948 a Universidade é definitivamente instalada no então município de Itaguaí, atualmente Seropédica, em terras da antiga fazenda de Santa Cruz, com cerca de 3.500ha, constituindo um conjunto arquitetônico e que é considerado um dos mais belos campi universitários do país. Localiza-se às margens da BR 465, mais conhecida como estrada Rio-São Paulo, no antigo Km 47, que é a grande referência para muitos de seus ex-alunos e professores, pois ela sempre foi referenciada carinhosamente como a universidade do Km 47.

A atual denominação de Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é instituída pela Lei 4.759, de 1965. Desde essa época até a atualidade a universidade passou por processos de ampliação da oferta de cursos de graduação e de implantação de programas de pós-graduação, chegando, em 2005, a 21 cursos de graduação e 17 Programas de Pós-Graduação. Além desses cursos que funcionavam em Seropédica, desde 1991 a Universidade incorporou a Estação Experimental do PLANALSUCAR, extinto programa do governo federal para

desenvolvimento de pesquisas na área sucro-alcooleira, localizada em Campos dos Goytacazes, que passou a ser uma unidade da instituição, que assumiu a responsabilidade pela continuidade dos trabalhos de pesquisa com cana-de-açúcar nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e nas regiões nordeste de Minas Gerais e sul da Bahia. Com as mudanças que foram processadas na estrutura da Universidade, com a elaboração de um novo Estatuto e Regimento Geral, a então Estação de Pesquisa Leonel Miranda deu lugar ao Campus de Campos de Goytacazes, com centralidade nas atividades de pesquisa, bem como no apoio a atividades de ensino, pesquisa e extensão, com importantes parcerias na região norte fluminense.

Com o Programa de Expansão do Ensino Superior, promovido pelo MEC, em 2005, foram criados os Campus de Nova Iguaçu e de Três Rios, com cursos voltados para o atendimento às demandas que os municípios apresentaram. No campus de Nova Iguaçu foi instalado o Instituto Multidisciplinar, originalmente com 6 cursos de graduação, que iniciaram o seu funcionamento em 2006. O Instituto Três Rios, localizado na cidade e campus do mesmo nome, também passou a funcionar no mesmo ano, com a oferta de 3 cursos de graduação.

Em 2007, com o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades - REUNI, implementado pelo MEC, ocorreu mais uma importante expansão, com a criação de novos cursos, cursos, nos três campi, ocorrendo uma mudança no perfil inicial da Universidade em que predominavam as Ciências Agrárias, com a oferta de grande número de cursos na área das Humanidades, das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, incluindo-se aí cursos de Licenciatura, que atenderam à forte demanda das comunidades circunvizinhas. Também trouxeram contribuição para a alteração no perfil originário da instituição, os cursos de Jornalismo, Direito, Farmácia, Gestão Ambiental, Ciências da Computação, Sistemas de Informação e Serviço Social e, nas engenharias, o curso de Engenharia de Materiais e a reformulação e ampliação dos Cursos de Engenharia de Agrimensura, que incluiu a perspectiva Cartográfica e o de Engenharia Agrícola, que inclui a perspectiva Ambiental. Dados de 2021, constantes do site da instituição, destacam que a Universidade Rural possui 4 campus (Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes), 56 cursos de graduação (sendo dois deles ofertados na modalidade a distância pelo Consórcio CEDERJ, que envolve todas as Instituições de Ensino Superior públicas do Rio de Janeiro), 29 cursos de mestrado acadêmico, 8 cursos de mestrado profissional, 17 cursos de doutorado, e atende a 27.300 estudantes de graduação e 2.037 estudantes de pós-graduação.

De acordo com o Relatório de Gestão da UFRRJ, 2020, a Missão da Instituição é a de gerar, sistematizar, socializar e aplicar o saber científico, tecnológico, filosófico e artístico, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, ampliando e

aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na valorização da paz e da qualidade de vida.

Na direção de alcançar essa Missão, a universidade se baseia nos seguintes princípios:

- Excelência acadêmica nas ciências, tecnologia, artes e humanidades;
- Ênfase à questão socioambiental na formação profissional e cidadã;
- Respeito à diversidade cultural, intelectual, artística, institucional, política e religiosa;
- Respeito às pessoas e às diferenças individuais;
- Compromisso com a valorização e com a promoção do desenvolvimento de relações humanas solidárias;
- Compromisso com a democracia política com justiça social;
- Compromisso com a melhoria das condições democráticas de acesso e permanência nos seus diversos cursos;
- Compromisso com a formação de profissionais-cidadãos qualificados, críticos e socialmente engajados;
- Gestão democrática, transparente, participativa e descentralizada.

A Missão e os Princípios dela derivados expressam a preocupação institucional com uma formação integrada às demandas maiores da sociedade e, sobretudo, numa perspectiva crítica e cidadã. Observe-se ainda que a questão da melhoria e democratização do acesso e permanência dos estudantes encontra-se entre os princípios estipulados e, como tal, entendemos que o estudo da evasão de curso pode contribuir para um melhor dimensionamento das ações que darão suporte à efetivação desse princípio.

## **2.2 Políticas de assistência estudantil, permanência na UFRRJ**

A Universidade Rural recebe, do governo federal, verba para Assistência ao Estudante de Ensino Superior, por meio da ação 4002 do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (conforme apresentado na Tabela 5).

**Tabela 5.** Recursos recebidos pela UFRRJ, oriundos do PNAES, Seropédica, 2018.

Ano	Valor recebido R\$	Discentes assistidos
2013	7.897.414,00	4.027
2014	9.567.537,00	4.192
2015	10.209.075,00	4.946
2016	11.232.010,00	4.303
2017	10.936.551,00	8.319
2018	11.071.210,00	8.091

Fonte: BRASIL, UFRRJ, Relatórios de Gestão - 2013 a 2018

A verba aplicada na UFRRJ disposta na tabela 5 demonstrou recursos que têm como objetivo ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Destaca-se que a UFRRJ recebeu em 2013, cerca de R\$ 7.897.414,00, para atender 4.027 discentes. Já em 2018, a UFRRJ recebeu cerca de R\$ 11.071.210,00 para atender 8.091 discentes. O número de alunos da UFRRJ no período mais que dobrou, aumentando em mais de 100% o número de matrículas, mas a aplicação de recursos não acompanhou a demanda, pois aumentou menos de 50%. Esta disparidade de recurso x demanda pode contribuir para necessidades de expansão de instalações e recursos, contribuindo para dificuldade na permanência dos estudantes.

A utilização desse recurso contribui para suprir a demanda de estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica e como forma de promover a sua permanência nos cursos oferecidos, combatendo a evasão escolar e diminuindo os índices de repetência, mediante a adoção e instituição dos seguintes apoios: fornecimento ou auxílio-alimentação, moradia estudantil e bolsas de incentivo à permanência.

Os estudantes têm acesso a **assistência estudantil** por meio de editais lançados pela Pró-reitora de Assistência Estudantil - PROAES, onde podem concorrer os discentes com renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e meio (valor vigente no País, no momento da solicitação). São fornecidos benefícios em diferentes modalidades de auxílio e bolsas.

Os estudantes são atendidos com vagas gratuitas na Moradia Estudantil (bolsa moradia), mantida pela Instituição, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, sendo 800 para homens e 700 para mulheres; com refeições fornecidas pelos Restaurantes

Universitários dos campus Seropédica e Nova Iguaçu; bolsas por carência (alimentação gratuita no RU); concessão de Bolsas de Atividades no RU do Campus de Seropédica, aliada à alimentação gratuita; concessão de bolsas de incentivo ao esporte; concessão de bolsas de apoio financeiro para incentivo à permanência, nas modalidades de apoio didático pedagógico em parcela única, auxílio transporte, moradia e alimentação; concessão de bolsas para estudantes em mobilidade acadêmica e bolsas do programa de desenvolvimento acadêmico institucional. Destacou-se que além dos programas de bolsas os estudantes contam com outras atividades que buscam apoiar a qualidade de vida no campus, tais como espaço institucional para atendimentos em terapias alternativas, eventos de acolhimento e integração, atividades promovidas pelo Setor de Assistência Especial ao Estudante, realizadas por profissionais de Serviço Social.

Estes obstáculos foram acentuados em 2020 e 2021 com a diminuição de verbas para as universidades Federais face à pandemia do Covid 19, dificultando a permanência de estudantes que não tinham acesso em sua residência à internet e às condições de aprendizagem durante o ensino remoto emergencial. Em 30 de julho de 2020 foi aprovada em reunião conjunta do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) a Deliberação 90/2020 do CONSU da UFRRJ que apresentou:

Normativas para Estudos Continuados Emergenciais (ECE)”, após parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Visando realizar a oferta remota de componentes curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação da UFRRJ, tal documento foi fruto do trabalho de quatro Grupos de Trabalho com representação da comunidade universitária. Sua construção foi referendada nos Colegiados da comunidade que, através de seus representantes nos GTs institucionais, estabeleceram estratégias para a realização do ECEs, a partir de suas características. O deliberado levou em conta a portaria 343/2020 do MEC, de 17 de março de 2020; o Parecer 05 do CNE, de 28 de abril de 2020; o comunicado da SERES às IES sobre graduações; a portaria 376/2020 do MEC acerca dos cursos de educação profissional técnica de nível médio; e, finalmente, a portaria 544/2020 do MEC, de 16 de junho de 2020. (MEC, UFRRJ, 2020.

A conclusão desta experiência pode ser consultada no Relatórios dos Estudos Continuados Emergenciais (ECEs) da UFRRJ publicado em setembro de 2021, (p. 26,) onde constata-se 82% dos discentes respondentes apontaram que não possuía algum tipo de bolsa, excetuando as de auxílio permanência para permanecer no ECE; cerca de 78% dos respondentes declararam que não receberam auxílio inclusão digital para o período 2020-5.

**No Relatório** dos Estudos Continuados Emergenciais (ECEs) da UFRRJ, 2021, p. 82 destacou-se ainda que:

Durante o ano letivo de 2020, as seguintes bolsas foram oferecidas: • Bolsa Monitoria; • Bolsa Auxílio Financeiro de Inclusão Digital. As bolsas atenderam 228 alunos, sendo 215 alunos com a bolsa de inclusão digital e 13 alunos com a bolsa de monitoria, podendo o discente acumular as bolsas durante o ECE. Durante o ano letivo de 2021, as seguintes bolsas estão sendo oferecidas: • Bolsa Monitoria; • Bolsa Auxílio Financeiro de Inclusão Digital; • Bolsa Auxílio Financeiro Emergencial. As bolsas estão atendendo 263, onde sendo 226 alunos com a bolsa de

inclusão digital, 15 alunos com a bolsa de monitoria e 22 alunos com a bolsa emergencial. Há um aumento mensal no quantitativo de alunos atendidos pelas bolsas, devido o edital ser contínuo e as inscrições estão abertas até o mês de novembro. Verificou-se a necessidade de criação da Bolsa Auxílio Financeiro Emergencial, devido ao expressivo quantitativo de discentes com renda per capita até  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo, estando em vulnerabilidade social, podendo o discente acumular as bolsas durante o ECE.

Fonte: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/09/Avaliacao-dos-ECE-e-ERE.pdf>, acessado em setembro de 2021).

Os impactos destas ações deverão ser objetos futuros de estudos em relação à permanência e a aprendizagem dos educandos.

Após esta contextualização institucional, deste cenário mais amplo e das políticas de assistência estudantil da UFRRJ, a pesquisa fez uma imersão no curso de Zootecnia, lócus de análise deste estudo, buscando a interface entre os autores estudados e com as políticas públicas de acesso e permanência de estudantes no Brasil e no contexto do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade pública, em especial, da UFRRJ.

### **3 O CURSO DE ZOOTECNIA DA UFRRJ – ANÁLISE DA EVASÃO ESTUDANTIL**

O objetivo deste capítulo foi contextualizar o curso de Bacharelado em Zootecnia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, localizado em Seropédica- RJ, Brasil, caracterizando o perfil de formação e as características do curso.

#### **3.1 Histórico do curso de Zootecnia**

O Zootecnista é o profissional que atua na criação de animais de produção, companhia, lazer e esporte, nas áreas de bem-estar, genética, reprodução, nutrição, planejamento, coordenação, assessoramento e realização de empreendimentos agroindustriais. O curso de Zootecnia da UFRRJ é o mais antigo do Brasil em funcionamento.

O termo Zootecnia aparece a primeira vez em 1843 no *Cours d'Agriculture de Adrien Étienne Pierre*, o Conde de Gasparin, que o fez derivar dos radicais gregos ζῷον, zoon (animal) e τέχνη, techne (tratado sobre uma arte). O Conde foi o primeiro a reconhecer na arte de criar animais um objeto próprio da ciência e independente da agricultura, criando para ela uma cátedra desde a fundação do Instituto Agrônômico de Versalhes em 1848.

Em 1849 o naturalista (biólogo) Emile Baudement ocupou a nova cátedra e começou a formular o corpo de doutrinas com base científica e a ensinar a Zootecnia. No Brasil a Zootecnia foi ensinada como disciplina especial nos cursos de agronomia até 1966 quando foi criado, na PUC de Uruguaiana, RS, o primeiro curso de graduação em Zootecnia. A profissão foi regulamentada em 4 de dezembro de 1968 pela lei federal nº. 5.550/1968.

O graduado em Zootecnia recebe o título acadêmico-profissional de Zootecnista. No Anexo 01 encontra-se indicadores sobre o 'Exercício da Profissão de Zootecnista', regulada na Lei Nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista.

O Curso de Graduação em Zootecnia, da UFRRJ, foi criado em 1969 e instalado em 1970, tendo o seu primeiro vestibular ocorrido no início daquele ano e a sua história se confunde com a criação do Instituto de Zootecnia, no mesmo ano. Observe-se que o Departamento de Zootecnia já existia, ofertando disciplinas para os cursos de Medicina Veterinária, Agronomia e Licenciatura em Ciências Agrícolas.

Convém destacar que a criação do curso se deu mobilizada pelas discussões nacionais, conduzidas pela Sociedade Brasileira de Zootecnia – SBZ, que desde a década de 50 vinha apontando para a necessidade de criação do curso de Zootecnia, o que em 1953, em reunião

realizada na UFRRJ, culminou com a elaboração de um currículo que serviu de orientação para os primeiros cursos no país. O primeiro curso foi criado pela PUC-RS e o segundo foi o da UFRRJ. A regulamentação da profissão de Zootecnista data de dezembro de 1968, através de Lei Federal Nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, e o currículo mínimo foi estabelecido em 1969, sendo modificado em 1984.

De acordo com Lei Nº. 5.550/1968, que dispõe sobre a profissão de Zootecnista. Cabe a este profissional:

- a) planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos;
- b) promover e aplicar medidas de fomento à produção dos mesmos, instituindo ou adotando os processos e regimes, genéticos e alimentares, que se revelarem mais indicados ao aprimoramento das diversas espécies e raças, inclusive com o condicionamento de sua melhor adaptação ao meio ambiente, com vistas aos objetivos de sua criação e ao destino dos seus produtos;
- c) exercer a supervisão técnica das exposições oficiais a que eles concorrem, bem como a das estações experimentais destinadas à sua criação;
- d) participar dos exames a que os mesmos hajam de ser submetidos, para o efeito de sua inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico (BRASIL, 1968, s.p.).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Zootecnia, na atualidade, o país conta com mais de 115 cursos de graduação e cerca de 18 mil alunos matriculados (SBZ, 2021) e já são mais de 35 mil profissionais em atuação no Brasil (FORBES, 2021).

O objetivo geral do curso de graduação em Zootecnia da UFRRJ é capacitar recursos humanos para atuação de forma ética na área de Zootecnia, e assim, contribuir para a preservação dos recursos naturais, desenvolvimento da humanidade e geração de riquezas para o nosso país.

### **3.2 Perfil do profissional Zootecnista**

O profissional egresso do Curso de Zootecnia deverá ter sólida formação científica e profissional geral que o capacite a absorver, desenvolver e aprimorar tecnologias que permitirão a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade (AGETIC, 2021).

O Zootecnista é o profissional responsável por garantir a sustentabilidade nas criações racionais de animais. Deve ser dotado de consciência política e de visão crítica da conjuntura econômica, social, política e cultural da região onde atua, do país e do mundo (AGETIC, 2021).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Zootecnia, instituídas pela Resolução nº 4, de 2 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional de Educação,

os cursos devem estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- a) o respeito à fauna e à flora;
- b) a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- c) o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- d) o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo;
- e) o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais (BRASIL, 2006).

Em seu art.º 5º, as Diretrizes estabelecem um perfil que possibilite aos seus egressos:

- I - Sólida formação de conhecimentos científicos e tecnológicos no campo da Zootecnia, dotada de consciência ética, política, humanista, com visão crítica e global da conjuntura econômica social, política, ambiental e cultural da região onde atua, no Brasil ou no mundo.
- II - Capacidade de comunicação e integração com os vários agentes que compõem os complexos agroindustriais.
- III - Raciocínio lógico, interpretativo e analítico para identificar e solucionar problemas.
- IV - Capacidade para atuar em diferentes contextos, promovendo o desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos e comunidades.
- V - Compreensão da necessidade do contínuo aprimoramento de suas competências e habilidades profissionais (BRASIL, 2006).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Zootecnia ainda descrevem as competências e habilidades que devem ser esperadas, a partir da formação desse profissional e, portanto, devem estar explicitadas no Projeto Pedagógico dos cursos, na perspectiva da:

Garantia do desenvolvimento do perfil o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas e a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos necessários à concepção e à prática do Zootecnista, capacitando o profissional a adaptar-se de modo flexível, crítico e criativo às novas situações. (BRASIL, 2006).

As competências e habilidades descritas na Resolução são as seguintes:

- a) fomentar, planejar, coordenar e administrar programas de melhoramento genético das diferentes espécies animais de interesse econômico e de preservação, visando a maior produtividade, equilíbrio ambiental e respeitando as biodiversidades no desenvolvimento de novas biotecnologias agropecuárias;
- b) atuar na área de nutrição e alimentação animal, utilizando conhecimentos sobre o funcionamento do organismo animal, visando ao aumento de sua produtividade e ao bem-estar animal, suprimindo suas exigências, com equilíbrio fisiológico;
- c) responder pela formulação, fabricação e controle de qualidade das dietas e rações para animais, responsabilizando-se pela eficiência nutricional das fórmulas;
- d) planejar e executar projetos de construções rurais, de formação e/ou produção de pastos e forrageiras e de controle ambiental;
- e) pesquisar e propor formas mais adequadas de utilização dos animais silvestres e exóticos, adotando conhecimentos de biologia, fisiologia, etologia, bioclimatologia,

nutrição, reprodução e genética, tendo em vista seu aproveitamento econômico ou sua preservação;

f) administrar propriedades rurais, estabelecimentos industriais e comerciais ligados à produção, ao melhoramento e a tecnologias animais;

g) avaliar e realizar peritagem em animais, identificando taras e vícios, com fins administrativos, de crédito, de seguro e judiciais bem como elaborar laudos técnicos e científicos no seu campo de atuação;

h) planejar, pesquisar e supervisionar a criação de animais de companhia, de esporte ou lazer, buscando seu bem-estar, equilíbrio nutricional e controle genealógico;

i) avaliar, classificar e tipificar produtos e subprodutos de origem animal, em todos os seus estágios de produção;

j) responder técnica e administrativamente pela implantação e execução de rodeios, exposições, torneios e feiras agropecuárias. Executar o julgamento, supervisionar e assessorar inscrição de animais em sociedades de registro genealógico, exposições, provas e avaliações funcionais e zootécnicas;

k) realizar estudos de impacto ambiental, por ocasião da implantação de sistemas de produção de animais, adotando tecnologias adequadas ao controle, ao aproveitamento e à reciclagem dos resíduos e dejetos;

l) desenvolver pesquisas que melhorem as técnicas de criação, transporte, manipulação e abate, visando ao bem-estar animal e ao desenvolvimento de produtos de origem animal, buscando qualidade, segurança alimentar e economia;

m) atuar nas áreas de difusão, informação e comunicação especializada em Zootecnia, esportes agropecuários, lazer e terapias humanas com uso de animais;

n) assessorar programas de controle sanitário, higiene, profilaxia e rastreabilidade animal, públicos e privados, visando à segurança alimentar humana;

o) responder por programas oficiais e privados em instituições financeiras e de fomento à agropecuária, elaborando projetos, avaliando propostas e realizando perícias e consultas;

p) planejar, gerenciar ou assistir diferentes sistemas de produção animal e estabelecimentos agroindustriais, inseridos desde o contexto de mercados regionais até grandes mercados internacionalizados, agregando valores e otimizando a utilização dos recursos potencialmente disponíveis e tecnologias sociais e economicamente adaptáveis;

q) atender às demandas da sociedade quanto à excelência na qualidade e segurança dos produtos de origem animal, promovendo o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde pública;

r) viabilizar sistemas alternativos de produção animal e comercialização de seus produtos ou subprodutos, que respondam aos anseios específicos de comunidades à margem da economia de escala;

s) pensar os sistemas produtivos de animais contextualizados pela gestão dos recursos humanos e ambientais;

t) trabalhar em equipes multidisciplinares, possuir autonomia intelectual, liderança e espírito investigativo para compreender e solucionar conflitos, dentro dos limites éticos impostos pela sua capacidade e consciência profissional;

u) desenvolver métodos de estudo, tecnologias, conhecimentos científicos, diagnósticos de sistemas produtivos de animais e outras ações para promover o desenvolvimento científico e tecnológico;

v) promover a divulgação das atividades da Zootecnia, utilizando-se dos meios de comunicação disponíveis e da sua capacidade criativa em interação com outros profissionais;

w) desenvolver, administrar e coordenar programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estar capacitado para atuar nos campos científicos que permitem a formação acadêmica do Zootecnista;

x) atuar com visão empreendedora e perfil proativo, cumprindo o papel de agente empresarial, auxiliando e motivando a transformação social;

z) Conhecer, interagir e influenciar as decisões de agentes e instituições na gestão de políticas setoriais ligadas ao seu campo de atuação (BRASIL, 2006).

De acordo com dados do PPC do curso de Zootecnia da UFRRJ, o Zootecnista formado na instituição apresenta o seguinte perfil:

- I. Planejar, coordenar, assessorar e realizar: criação de animais de produção, companhia, esporte e lazer, quanto nutrição, sanidade, manejo, melhoramento genético, gestão e comércio de animais, insumos e produtos;
- II. Planejar, coordenar, assessorar e realizar: pesquisas para desenvolvimento, informação e orientação quanto a criação de animais de produção, companhia, esporte e lazer, em todos os seus ramos e aspectos;
- III. Planejar, coordenar, assessorar e realizar: feiras, exposições, leilões, concursos, avaliações, julgamentos e quaisquer outros eventos com animais de produção, companhia, esporte e lazer e seus respectivos produtos;
- IV. Planejar, coordenar, assessorar, administrar e realizar: projetos, programas, instalações e empreendimentos agroindustriais, comerciais e/ou de preservação da fauna, flora e recursos naturais;
- V. Avaliar, classificar e tipificar produtos de origem animal;
- VI. Dirigir instituições e atuar na área de ensino, pesquisa e extensão rural;
- VII. Atuar nas políticas públicas relacionadas as questões agrárias, e
- VIII. Avaliar condições e implementar ações visando o bem-estar animal (SIGAA, 2021, s.p.).

A linha mestra do ensino visa à preparação do aluno de zootecnia para capacitá-lo nas principais técnicas de criação animal, com forte embasamento nas questões gerenciais e de sustentabilidade, relacionadas às características para atender as necessidades do nosso país.

Observe-se que o PPC do curso se encontrava em processo de reformulação, e que, em função dos problemas acarretados pela pandemia, desde março de 2020, teve várias de suas ações retardadas, devendo ser retomadas quando da volta ao regime presencial.

### **3.3 Dados da regulação do curso zootecnia da UFRRJ**

O curso de Zootecnia da UFRRJ foi regularizado junto ao MEC em 11 de dezembro de 1969, sendo renovado o seu reconhecimento de curso, por meio da Portaria SERES Nº133, de 01 de março de 2018, com validade até o ciclo avaliativo seguinte, o que ocorreu em 2021, por meio da Portaria SERES Nº. 111, de 04 de fevereiro, com uma nova renovação, garantindo assim, seu reconhecimento e qualidade do ensino ofertado.

A tabela 6 que se segue apresenta os dados de caracterização e regulação do curso de Zootecnia da UFRRJ.

**Tabela 6.** Relação do curso de Zootecnia - Caracterização

Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	IDD
12910	Presencial	Bacharelado	ZOOTECNIA	RJ	Seropédica	4	4	3	4

Fonte: EMEC (BRASIL, 2021)

Segundo os dados da tabela 6, o curso de Zootecnia da UFRRJ é ofertado de forma presencial em período integral, com carga horária mínima de 4.355 horas, integralização de 10 semestres, tem um total de 110 alunos ingressantes por ano, divididos em 55 alunos no 1º semestre e 55 alunos no 2º semestre. De acordo com a última avaliação do MEC, o curso obteve nota 4 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e nota 4 no Conceito Preliminar de Curso (CPC). Tendo índice de diferença entre os desempenhos observado e esperado (IDD) igual a 4. O IDD representa a diferença entre o desempenho dos alunos concluintes e dos alunos ingressantes de um curso, ou seja, de certa forma é uma medida para o “efeito do curso”. O conceito do curso (CC) foi igual a 3, segundo os critérios de regulação do MEC (2021).

De acordo com o último Relatório de Gestão realizado no ano de 2020 (UFRRJ, 2020), a situação de pandemia causada pelo Covid 19 também influenciou sobremaneira os indicadores institucionais em 2020, principalmente os resultados que refletem a situação dos alunos matriculados e concluintes do ano.

Seguindo orientação encaminhada por ofício pela Sesu/MEC às IFES, os indicadores de 2020 foram calculados usando alguns dados de 2019, para os insumos que não fossem possíveis de serem levantados no ano. Apesar da UFRRJ ter ofertado o Ensino Continuo Emergencial (ECE), os alunos matriculados e concluintes deste período foram lançados no período letivo de 2019. II (UFRRJ, 2020).

Assim, a Taxa de Sucesso da Graduação permanece em 42%, tal qual a taxa do ano anterior. Sobre esse indicador, cabe destacar que ele reflete a situação dos alunos ingressantes em 2020 em relação aos alunos que deveriam estar se formando neste mesmo ano, ou seja, os alunos que ingressaram há 08 semestres, para os cursos de 04 anos e há 10 semestres para os cursos de 05 anos. Este indicador indica uma fotografia da instituição no momento da coleta de dados, mas ele pode variar a medida que os alunos forem lançados como concluintes na base de dados do SIGAA (UFRRJ, 2020).

### **3.4 Curso de Zootecnia na UFRRJ: Currículo, Perfil, Projeto Pedagógico do Curso - PPC**

O Curso de Graduação em Zootecnia da UFRRJ conta com corpo docente altamente capacitado, distribuídos em variados departamentos conforme áreas do conhecimento, tais como: nutrição animal e pastagens; produção animal; reprodução e avaliação animal; solos; anatomia animal e humana; biologia animal; botânica; ciências fisiológicas; genética; computação; física; matemática; desenvolvimento, agricultura e sociedade; ciências sociais, jurídicas, administrativas, econômicas e ambientais; bioquímica; química analítica, orgânica e fundamental; arquitetura e urbanismo; engenharia; tecnologia de alimentos; microbiologia; parasitologia animal; epidemiologia e saúde pública.

No Anexo 2 encontram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais de formação do curso de Zootecnia, Resolução 04/2006, para auxiliar na compreensão dos objetivos da formação e do perfil socioprofissional do egresso.

O Instituto de Zootecnia, onde se situa o Curso de Bacharelado em Zootecnia, conta com 3 departamentos, a saber: Produção Animal, Nutrição Animal e Pastagem e Reprodução e Avaliação Animal. Possui corpo docente composto por 09 docentes do gênero feminino e 29 docentes do gênero masculino. Desse total de professores, 21 possuem curso de doutorado concluído e 10 possuem curso de pós-doutorado. O Instituto de Zootecnia também oferece o Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, em nível de Mestrado.

Ressalta-se que o curso de Zootecnia da UFRRJ teve sua renovação de reconhecimento através da Portaria Nº 111, de 4 de fevereiro de 2021 do MEC, INEP, com base no Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte, nos termos do art. 10, § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017 e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DE DADOS ACADÊMICOS DE MATRÍCULA, TRANCAMENTO E EVASÃO DE CURSO DE ZOOTECNIA, UFRRJ, DE 2013—2018**

O objetivo deste capítulo foi caracterizar os índices de evasão no Curso de Graduação em Zootecnia da UFRRJ, a partir dos dados oriundos da PROGRAD, setor de controle acadêmico da UFRRJ, produzindo quadros analíticos que busquem auxiliar a compreensão do estudo, com isso objetivando apontar as possíveis causas da evasão no Curso em questão a partir da representação dos discentes evadidos e dos estudos teóricos.

Os fatos e contextos que envolvem a escolha do curso universitário é significativamente preocupante para os estudantes e conseqüentemente para a sociedade, pois repercutirão na permanência deles no curso. Isso porque quando um estudante ingressa em um curso universitário, conforme menciona Bardagi (2007), considera que ele passará por quadro fases: fase do entusiasmo; da decepção com o curso; da reconquista e da expectativa da formatura.

A autora explica em seus estudos na área da Psicologia, sobre os estudos do comportamento da carreira que a primeira fase em geral seria de entusiasmo pela vitória no processo seletivo, o ingresso na universidade e a expectativa com o início da formação. A fase seguinte poderia ser marcada com a decepção com o curso, com os professores, com a instituição, as condições de aprendizagem, e incluiria preocupações em relação a uma possível nova escolha profissional. O terceiro momento seria caracterizado por um aumento de interesse na continuidade do curso, fase em que o engajamento em atividades acadêmicas é fundamental para a satisfação e o comprometimento. E a última fase poderia ser um momento caracterizado pela proximidade do término do curso, onde a qualidade das atividades exercidas e a avaliação da formação produzem expectativas quanto à atuação profissional. Portanto, segundo Bardagi (2007), a primeira fase é um momento delicado no qual se o estudante não tiver feito uma escolha acertada em relação seus desejos, poderá resultar no abandono do curso, o que corrobora com os estudos de políticas educacionais e de estatísticas do MEC apontados no primeiro capítulo, onde estatísticas e autores abordam que em geral os estudantes abandonam mais os cursos no seu primeiro ano de formação.

Verifica-se que a evasão universitária se torna objeto de preocupação social. Os investimentos que são destinados (tanto particulares quanto públicos) no caso de evasão são perdidos, sem possibilidade de recuperá-los, pois a vaga utilizada por um estudante que evadiu de um curso não poderá ser aproveitada por outro. Daí a relevância dos estudos que se dedicam ao fenômeno, visto que muitos gastos financeiros são desperdiçados quando um estudante abandona a vaga na IES e mesmo para a sociedade que perde a oportunidade de poder contar com mais um profissional qualificado.

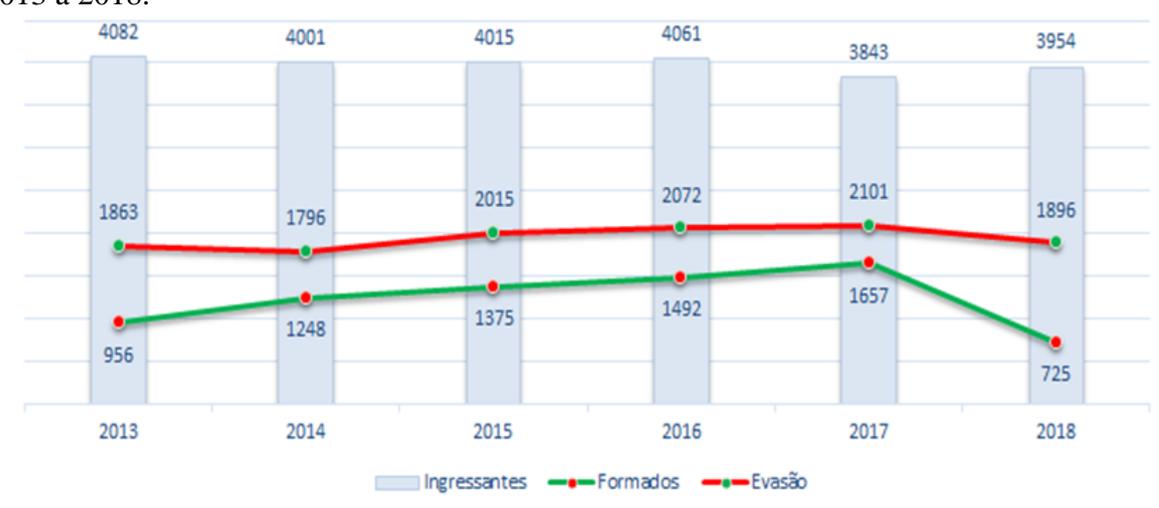
Somando-se à taxa de evasão a quantidade de vagas ociosas que não são preenchidas pelos processos seletivos, percebe-se o agravamento do prejuízo social, considerando que são oportunidades que não se efetivaram e recursos públicos e privados que se perdem anualmente (CUNHA; NASCIMENTO; DURSO, 2014).

Por outro lado, é um problema muitas vezes para o próprio evadido, sobretudo se a causa da evasão não está relacionada a uma insatisfação com o curso e que com a busca por um outro, mais próximo das suas expectativas, quando o curso atende aos seus anseios, mas ainda assim o aluno evade. No entanto, se a evasão se dá pela falta de condições materiais ou de saúde, o seu impacto poderá ser negativo na vida desse indivíduo.

Por meio dos Gráficos 3 e 4 foi possível perceber que em todos os anos analisados, o número de evasão escolar foi maior do que o número de alunos formados nos cursos de Graduação da UFRRJ, aspecto que precisa ser debatido e aprofundado na Universidade.

Segundo Cunha, Nascimento e Durso (2016), a evasão universitária é um problema que cerca as Instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas. O abandono do curso gera desperdícios financeiros, sociais e acadêmicos.

**Gráfico 3.** Registro dos Índices de Evasão e Conclusão dos cursos de Graduação da UFRRJ – 2013 a 2018.



Fonte: UFRRJ- PROGRAD (2018)

Segundo os Registros Acadêmicos de 2013 da PROGRAD da UFRRJ, os dados de evasão superaram os dados do número de conclusões. Partindo em 2013 de um total de 4082 discentes matriculados na universidade, um total de 956 profissionais formados (habitados- concluintes), diante de um total de 1863 de evadidos, correspondendo a 45,63% de evasão. Um número

expressivo. Ressaltou-se também que apenas 23,41% concluíram o curso e os demais discentes, o gráfico não informa (que se constituiriam em trancamento, licenças e atraso na conclusão). Essas informações nos remetem a ações institucionais de acompanhamento dos discentes do curso no sentido de propiciar ações de apoio e assistência estudantil.

Segundo os dados de 2018 da PROGRAD da UFRRJ, os dados de evasão continuaram a superar os dados do número de conclusões. Em 2018 a IES teve um total de 3954 discentes matriculados na universidade e cerca de 725 concluintes e 1896 evadidos.

Dentro de uma análise longitudinal, do total de ingressantes em 2013, que foram cerca de 4082 matrículas, cerca de cinco anos depois, tivemos um total de 725 profissionais formados, apenas de 17,76% (habitados- concluintes), considerando a ano de ingresso e a duração de cinco anos de curso; mas diante de um total de 1896 de evadidos que correspondem a 46,44% de evasão, considerados aqueles que ingressaram em 2013. Um número expressivo e preocupante.

Ressaltou-se também que quanto aos demais discentes não expressos, o gráfico não informa (constituindo-se em trancamento, licenças, abandono e atraso na conclusão). Essas informações repetidas temporalmente reforçam a necessidade de ações de gestão democrática na instituição no sentido de minimizar esta deficiência.

O gráfico 4 a seguir, apresentou os dados acerca da movimentação acadêmica dos discentes na UFRRJ no período considerado nesta pesquisa.

**Gráfico 4.** Movimentação acadêmica – formandos e evadidos (%) da UFRRJ – 2013 a 2018

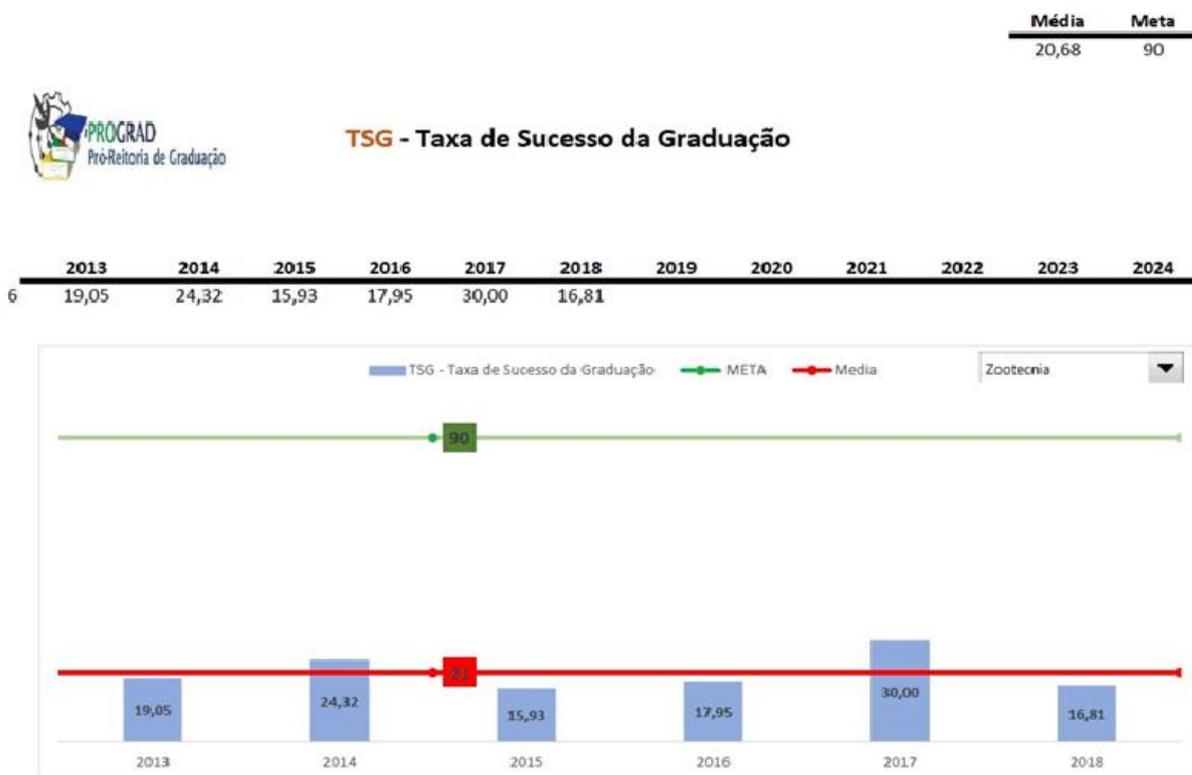


Fonte: PROGRAD (2018)

Corroborando com a análise anterior, no âmbito da UFRRJ, a evasão no âmbito da graduação é uma preocupação recorrente em outras Instituição de Ensino Superior (IES). Observou-se que o percentual de evadidos sempre se mostra superior ao total de formandos. A maior taxa percentual de formandos foi observada em 2017, cerca de 43,12%, o que nos parece ser consequência das ações afirmativas de assistência estudantil de 2012. Entretanto, a maior taxa de evasão também ocorre em 2017, cerca de 54,67%. Destaca-se que em 2018 quando começam a ser extintos investimentos na educação superior pública, a taxa de conclusão cai para 18,34%.

Devido ao alto índice de evasão dos cursos de Graduação da UFRRJ, a taxa de sucesso da Graduação também acaba sendo afetada, conforme pode-se observar no Gráfico 5:

**Gráfico 5.** Taxa de Sucesso da Graduação – Curso de Zootecnia.



Fonte: PROGRAD (2018)

Observa-se que nos anos de 2013, 2015, 2016 e 2018, a taxa de sucesso da Graduação no curso de Zootecnia ficou abaixo da média esperada para o curso, que é de 20,68%, o que já pode ser considerada como uma taxa baixa, exigindo mediadas de saneamento e de avaliação diagnóstica e mediadora para tentar promover ações de apoio aos estudantes evadidos.

No ano de 2017 apresenta a maior taxa de sucesso na graduação, cerca de 30%, o que nos remete a valorizar os investimentos públicos na educação superior e as políticas educacionais inclusivas implementadas de 2003- 2016 no Brasil na universidade pública. Observou-se que com declínio destas ações de apoio e incentivo aos discentes, a taxa de sucesso cai novamente em 2018 para 16,81%.

Lobo (2012), afirma que toda vez que um aluno deixa de estudar em um curso, por qualquer razão, o curso teve uma perda (evasão) que precisa ser analisada, mesmo que essa perda seja “compensada” pela ocupação de uma vaga em outro curso da IES, ou até no mesmo curso por outro aluno. Medir a Evasão não se trata só de verificar um “saldo de caixa”, ou seja, quantos alunos entraram menos quanto saíram, mas quem entrou e quem saiu e por quais razões, para que seja possível evitar outras perdas pelos mesmos motivos com ações que gerem mudanças e essas só acontecem se entendemos, claramente, o que está ocorrendo.

A evasão pode estar associada a inúmeros fatores, compreendida em fatores internos e externos. Observa-se que, por meio das Tabelas 7 e 8, foi possível verificar a quantidade de alunos que evadiram do curso de Zootecnia da UFRRJ, em específico no período analisado.

**Tabela 7.** Situação do discente, ingressante por Ampla Concorrência no curso de Zootecnia – 2013/1º a 2017/2º.

<b>Forma de Ingresso</b>	<b>Ativo</b>	<b>Matrícula trancada</b>	<b>Desligado</b>	<b>Jubilado</b>	<b>Graduado</b>	<b>Cancelamento de matrícula</b>
Ampla Concorrência	106	11	53	1	2	77

Fonte: PROGRAD (2018)

A tabela 7 demonstrou que de um total de 106 ingressos ativos no Curso de Zootecnia por ampla concorrência no período 2013-2017, apenas 02 estudantes (cerca de 1,8%) concluíram o curso, 01 aluno foi jubilado, 53 estudantes desligados e 11 discentes trancaram matrícula. Este dado é alarmante e precisa de um levantamento aprofundado.

Independentemente da forma de ingresso na Universidade, a taxa de evasão (cancelamento de matrícula) foi elevada em todas elas. Os dados indicam a urgente necessidade de uma reflexão acerca das causas que motivam essa acentuada evasão e das possibilidades das IES públicas realizarem um esforço conjunto no sentido de diminuir a evasão do estudante na educação superior.

A tabela 8 que segue discorre sobre a análise dos ingressantes por ações afirmativas conforme já tratado no capítulo um, situando os dados no contexto do Curso de Zootecnia da UFRRJ, lócus de análise desta pesquisa.

**Tabela 8.** Situação do discente, ingressante por Cotas (Social e Social/Racial) no curso de Zootecnia – 2013/1º a 2017/2º.

<b>Forma de Ingresso</b>	<b>Ativo</b>	<b>Matrícula trancada</b>	<b>Desligado</b>	<b>Jubilado</b>	<b>Graduado</b>	<b>Cancelamento de matrícula</b>
Ensino Público	22	2	7	0	0	36
Ensino Público + PPI	34	3	15	0	3	23
Ensino Público + Renda	27	4	11	0	2	21
Ensino Público + renda + PPI	31	1	21	0	0	19
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>10</b>	<b>54</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>99</b>

Fonte: Adaptado de PROGRAD (2018)

Dentre os estudantes oriundos do sistema de cotas sociais e sociais/raciais já relacionado anteriormente, um total de 05 estudantes foram graduados no período. Ressaltou-se ainda que do total de 114 discentes com matrícula ativa, no período, 10 tiveram a matrícula trancada, um total de 54 estudantes foram desligados e 99 alunos cancelaram a matrícula.

Este fenômeno remete a repensar as diretrizes de formação do curso de Zootecnia, uma vez que este fenômeno vem acontecendo em muitos cursos na área.

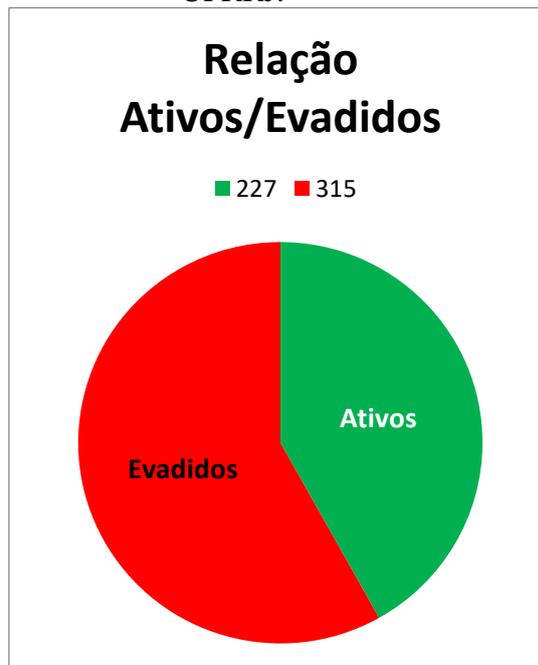
Além do sentimento de fracasso e desânimo internalizado ao evadir do curso, sobretudo quando o discente desiste e muda para outra área, acaba deixando a vaga anterior ociosa que dificilmente será preenchida. Nesse sentido “as perdas de discentes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos” (LOBO et al., 2012, p. 1).

Segundo Fialho (2014), a imaturidade dos discentes contribui para que não aproveitem a oportunidade a eles ofertada de concluir um curso em uma instituição de forma gratuita.

A vista disso pode-se perceber que é uma necessidade o discente se conhecer, entender quais são suas habilidades, desejos, sonhos e projetos, saber do mercado de trabalho, as implicações de se escolher uma determinada profissão (SILVA; OLIVEIRA; PASSOS, 2019).

O Gráfico 6 apresenta a relação de alunos ativos versus alunos evadidos do curso de Zootecnia no período de 2013 a 2017.

**Gráfico 6.** Relação ativos *versus* evadidos do curso de Zootecnia - 2013/1º a 2017/2º da UFRRJ.



Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisando base de dados Prograd-UFRRJ (2021)

O gráfico 6 possibilitou levantar que de um total de 542 alunos do curso no período considerado, um subtotal de 315 discentes evadiram, ou seja, cerca de 58,1% evadiram e 227 estudantes continuaram ativos e levaram a graduação até o final, o que representa cerca de 41,9%. Observou-se que o número de evadidos continuou superando o número de matrículas ativas.

Muito há de ser feito enquanto política educacional na área, considerando a importância do profissional Zootecnista que desenvolve atividades desde a produção animal e suas cadeias produtivas, com produtos e subprodutos, até a nutrição animal e melhoramento genético, entre outras (SILVA; OLIVEIRA; PASSOS, 2019).

Apesar desta vasta possibilidade de atuação e de sua qualidade, o curso de Zootecnia é um dos que mais possui vagas ociosas. De acordo com Amorim (2016), no ano de 2005 o curso de Zootecnia da UFVJM obteve um índice de 40,8% de evasão e de 50% em 2006. Tal situação vem demonstrar que o problema não é específico da UFRRJ.

Em estudos realizados por diversos autores, o curso de Zootecnia é mencionado como o primeiro dos dez cursos com maiores taxas de evasão de uma outra Universidade pública (Universidade Federal de Santa Catarina) situada no Sul do Brasil.

Davok e Bernard (2016), em estudo realizado junto à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), analisam a evasão no triênio (2008-2009-2010), concluindo que o curso de

Zootecnia apresentou taxas muito elevadas, equivalentes a respectivamente 63,1%; 55,1% e 48,9%, muito acima do constatado na área das Ciências Agrárias como um todo, que equivalem a respectivamente 32,0%; 37,5% e 24,9% no mesmo período.

Segundo Caldas e Anjos (2021), depoimentos colhidos informalmente junto a alunos, professores e servidores técnico administrativos sinalizavam no entendimento de que boa parte dos discentes via a Zootecnia como a segunda opção, dado que a primeira delas era o curso de Veterinária. Sendo ainda mais pragmáticos, para estes indivíduos a Zootecnia seria como uma espécie de “curso de passagem”, tendo em vista o interesse em migrar para a Veterinária. Ficando na Zootecnia não estariam totalmente parados enquanto se preparavam para uma nova tentativa de ingresso na Veterinária. Configura-se, assim, uma situação típica de desperdício de energias e de recursos públicos na medida em que a taxa de titulação (43%), dentro do prazo regular, acaba ficando muito aquém do desejável.

Silva, Oliveira e Passos (2019) ainda relatam que a evasão é um sério obstáculo a ser enfrentado pelas Instituições brasileiras e se trata de um fenômeno complexo, heterogêneo, macrossocial originário de inúmeros fatores associados entre si. Para SCALI (2009), evasão consiste na interrupção de um ciclo na vida do discente, uma vez interrompido este ciclo todo o recurso investido pelo Estado não será utilizado de forma efetiva nem produzirá retorno.

#### **4.1 Proposta de plano de permanência e êxito para os estudantes do curso de Zootecnia da UFRRJ**

Diante dos dados apresentados no tópico anterior, que evidenciaram o alto índice de evasão no curso de Zootecnia, propõe-se aqui uma avaliação institucional focada na qualidade do ensino. E para isso, sugere-se que seja elaborado um Plano Estratégico Institucional para a Permanência e o Êxito dos Estudantes do curso de Zootecnia.

Para ilustrar esse plano estratégico para o curso de Zootecnia da UFRRJ, apresentei elementos de análise de planos elaborados pelo Instituto Federal do Ceará - IFCE e pelo Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR.

Essas Instituições Federais de Ensino foram recomendadas, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a elaborar um plano estratégico com o objetivo de fortalecer a qualidade do ensino através de ações de incentivo a permanência e a promoção acadêmica.

A orientação dada remeteu à importância de um plano de permanência que fosse construído com a participação da comunidade acadêmica, com documentos oficiais da

instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os Relatórios de Gestão, com os dados fornecidos pela Pró-reitora de Graduação, entre outros.

A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 6. É também considerada uma necessidade vital e é um direito de todos. De acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino superior tem por finalidade, dentre outros, formar nas diferentes áreas de conhecimento, visando o mercado de trabalho e o desenvolvimento da sociedade, assim como incentivar a ciência e a tecnologia, para desenvolver o entendimento entre o indivíduo e o meio em que vive. Neste sentido, repensar projetos pedagógicos, metodologias e práticas é essencial para que o direito à educação e o os objetivos de formação profissional e cidadã, possam ser efetivados.

Um estudo realizado em 1996, sobre a evasão nas Universidade Públicas Brasileiras, analisou o curso de Zootecnia em 10 Universidades Públicas Federais e Estaduais<sup>3</sup> no período de ingresso de 85/1 a 87/1, na UFRRJ foi identificado 66,54% de taxa de evasão. A comissão destacou que os índices de evasão devem ser entendidos como o passo inicial de análise para identificar e compreender os fatores que levam a evasão.

É possível que múltiplos fatores correlacionados interfiram na evasão, a Comissão identificou três grandes grupos, a saber: aqueles que se relacionam ao próprio estudante, relacionados ao curso e a instituição, e fatores socioculturais e econômicos externos. Fatores individuais, peculiares ao indivíduo como por exemplo, ausência de gosto pelo curso; habilidade estudos, saúde, problemas familiares. Fatores internos como infraestrutura da instituição, gestão administrativa e pedagógica. Fatores externos como qualidade do ensino médio cursado, dificuldades financeiras, conjuntura econômica e social, questões financeiras da instituição, valorização da profissão.

A metodologia adotada para o levantamento dos dados foi de natureza quantitativa e qualitativa. Quantitativa por meio dos dados já apresentados nesse trabalho e nos fornecidos pela PROGRAD. Os dados qualitativos deverão ser levantados através de questionário com perguntas abertas e fechadas aplicadas ao corpo docente e discente, direção de instituto, coordenação de curso. E constituição de uma comissão de trabalho, que seria responsável pela coleta dos dados e sua referida análise, visando a estruturação do plano estratégico.

A partir dos dados levantados, seria montado um planejamento com medidas, metas e prazos, a serem implementados para minimizar os índices de evasão. A construção de um plano de permanência mostrou-se, nas instituições onde foi aplicado importante ferramenta para

---

<sup>3</sup> Universidades avaliadas: USP, UNESP, UFLA, UFV, UFSM, UFRPE, UEM, UFRRJ, UFPB e UESB.

identificar as principais causas e assim poder traçar estratégias que de fato contribuam para a permanência e o êxito do estudante. Nossa sugestão é a de que essa experiência exitosa possa ser aplicada na UFRRJ, em especial no curso de Zootecnia, pelos dados e preocupações apresentados ao longo do presente trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão é um problema preocupante em todas as instituições de ensino superior (IES) no Brasil e que está intimamente associada a diversos fatores correlacionados entre si, dessa forma deve ser entendido de forma conjunta levando em consideração os fatores internos são ligados ao curso, e os fatores externos relacionam-se ao discente.

Observou-se no estudo que o discente que ingressa na Universidade, nem sempre sabe se organizar nos estudos e em alguns casos mal conhece o curso e as disciplinas que irá estudar. Assim, nas universidades, se faz necessário a promoção de um ambiente receptivo, acompanhamento e aconselhamento frente às diversas mudanças e desafios enfrentados pelos discentes, evitando uma nova evasão. Estabelecendo nos períodos iniciais de curso, disciplinas que já fazem parte da grade curricular que abrangem as diversas áreas de atuação da Zootecnia.

Destacou-se que estudos longitudinais de acompanhamento dos discentes desde o ingresso até a conclusão do curso se fazem necessários, no sentido de avaliar qualitativamente o processo ensino-aprendizagem, a atuação e participação do discente e o respeito às singularidades.

É preciso que a evasão seja incluída na pauta das discussões institucionais, para que o direcionamento por parte dos gestores seja realizado, assim como o envolvimento da comunidade acadêmica, visando a partir do comprometimento coletivo, a minimização do problema em tela.

O profissional zootecnista possui competências e habilidades na criação de animais de produção, no desenvolvimento de informação e orientação quanto a criação de animais de produção, dentre outras. E sendo o Brasil um país agrícola, é muito importante que se tenham indivíduos formados para atuação da produção de alimentos, dentre eles, os de origem animal. Mas o processo ético, a formação humana e ambiental devem estar na tônica da formação do profissional em respeito aos estudos do código de ética em estudos com animais, respeito ao meio ambiente, à cidadania e aos valores dos discentes.

Com a realização o presente trabalho foi possível concluir que, entre o período analisado de 2013 a 2018, o número de evasão do curso de Zootecnia da UFRRJ foi mais elevado do que o número de alunos que concluíram o curso.

Diversos foram os fatores que segundo os estudos apresentados e os relatórios institucionais da UFRRJ e do curso de Zootecnia analisados parecem estar influenciando este processo: a natureza do curso que é de horário integral, a metodologia de trabalho, a necessidade de estar no mundo do trabalho precocemente e contribuir com o sustento da família, a distância

do campus em relação à residência, dentre outros aspectos que possam ter corroborado para que esse número de evasão fosse elevado.

Parece ser possível que múltiplos fatores correlacionados interfiram na evasão: fatores que se relacionam ao próprio estudante, indicadores oriundos do curso e da instituição, que dizem respeito aos fatores socioculturais e econômicos externos.

Outros fatores tiveram destaque nos estudos, tais como: fatores individuais, peculiares ao indivíduo como por exemplo, ausência de gosto pelo curso; habilidade estudos, saúde, problemas familiares, falta de base do ensino médio para acompanhar as disciplinas, além de outros.

Determinados fatores externos como qualidade do ensino médio cursado, dificuldades financeiras da família, conjuntura econômica e social, questões financeiras da instituição, valorização da profissão, dentre outros associados se somam ao conjunto. A função e a formação do Zootecnista deve ser pauta de divulgação institucional da UFRRJ junto às escolas da comunidade de Seropédica, Baixada Fluminense e Cidades vizinhas, no sentido de divulgar e sensibilizar estudantes sobre a importância do Curso de Zootecnia para a UFRRJ, considerando suas origens agrárias e para a sociedade, realizando projetos de extensão junto à comunidade.

Além disto destacou-se nos estudos, outros fatores internos como infraestrutura da instituição, gestão administrativa e aspectos pedagógicos. O curso precisa fazer uma autoavaliação de seu percurso formativo e de seu currículo, promover fóruns e encontros com universidades públicas no Brasil, a fim de discutir as DCNs de formação do Zootecnista pelo MEC, sua atualização, face às demandas do mundo do trabalho.

Como sugestão de estudo apontamos que as universidades públicas façam após a pandemia do covid-19 um seminário de avaliação do curso em âmbito nacional e propiciem ações de intercâmbios, ensino, pesquisa e extensão na área. Os grupos de trabalho que poderiam surgir em âmbito nacional poderiam sugerir mudanças na formação humana e profissional do Zootecnista, de forma crítica e contextualizada.

Com relação à UFRRJ, em particular, sugerimos a possibilidade de elaboração e implementação de um plano de permanência, nos moldes do que já foi realizado com êxito em outras instituições, conforme mencionado no capítulo anterior, com as devidas adaptações à realidade institucional.

Em função das restrições da pandemia do covid-19 e pelas limitações já apresentadas neste estudo recomenda-se que novos estudos possam ser realizados para dar voz aos discentes e docentes do curso, com a intenção de saber os motivos para esse alto índice de evasão, ampliando a discussão e dando continuidade ao estudo.

Seria interessante também levantar a continuidade deste estudo face às ações do ensino remoto emergencial e continuado, na vigência das ações de restrição sanitária do covid-19, a fim de diagnosticar as possíveis consequências deste distanciamento social para os cursos da UFRRJ e em específico para o curso de Zootecnia.

A relevância deste estudo para o PPGEA e para a UFRRJ se reveste de elementos para repensar o curso de Zootecnia, a participação do discente neste processo, a prática docente, o currículo, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, a metodologia e o itinerário formativo dos cursos de graduação na área de Ciências Agrárias da UFRRJ e de outras universidades.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, G. A. S.; CONTI, A. C. M.; NEIVA, A. C. G. R.; SANTANA, W. S.; NEIVA, J. N. M. Análise da evasão no curso de zootecnia da universidade federal do Tocantins. **Anais...** 28º Congresso Brasileiro de Zootecnia. Goiânia-GO. 27 a 30 agosto de 2018.
- BARBOSA, J. P. G. A adoção do SISU e a evasão na Universidade Federal de Uberlândia. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 722-738, 2017.
- BARDAGI, M. P. (2007). **Evasão e comportamento vocacional de universitários: estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. PL nº 73 de março de 1999. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e da outras providências <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16MAR1999.pdf#page=78>> Acesso em: 10/10/2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5550/1968.Dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5550/1968.Dispõe%20sobre%20o%20exerc%C3%ADcio%20da%20profiss%C3%A3o%20Zootecnista.html). Acessado em: 20 de setembro de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Censo da Educação Superior de 1997**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/>. Acesso em: 29 set. 2021.
- \_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. D.O.U. de 20.12.1996. Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.260 de 12/07/2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências**. D.O.U. 13.07.2001. Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da **temática "História e Cultura Afro-Brasileira"** - D.O.U. de 10.1.2003. Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI**, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. D.O.U. 14.01.2005. Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800, (2006). Dispõe sobre o **Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. D.O.U. 09.06.2006. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. D.O.U. 25.04. 2007

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 - **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** -DOU de 30.8.2012. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, **cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** D.O.U. 30.12.2008. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 – **Institui o Estatuto da Igualdade Racial.** D.O.U. 21/07/2010. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 – **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES-** D.O.U. 20.07.2010. Brasília, DF.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Avaliação**, 1(2):55-65. 1996. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. In: [https://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf)  
BRASIL. MEC. Acessado em 20 de agosto de 2021.

BRASIL, MEC. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019 [recurso eletrônico].** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. 120 p. ano 2021.

BRASIL, CAPES, **PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - 2011-2020.** <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acessado em 01 de outubro de 2021.

CALDAS, N. V. C.; ANJOS, F. S. dos. Enfrentando a evasão universitária: o caso do projeto tutorias no curso de Zootecnia. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**, v.7 n.1, p.153-166, 2021.

CISLAGHI, R. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação.** Tese de Doutorado. Florianópolis/SC. 2008.

COSTA, S. G. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2009. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis/SC. Disponível em: [http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD\\_documentos/coloquio9/IX-1152.pdf](http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1152.pdf). Acesso em: 29 set. 2021.

CUNHA, E. R.; MOROSINI, M. C. Evasão na educação superior: uma temática em discussão. **Revista Cocar**, v.7, n.14, p. 82-89, 2013.

CUNHA, J. V. A., NASCIMENTO E. M., & DE OLIVEIRA, DURSO, S. (2016). **Razões e influências para a evasão universitária: um estudo com estudantes ingressantes nos cursos de Ciências Contábeis de instituições públicas federais da Região Sudeste**. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9(2), 141-161.

DAVOK, D. F.; BERNARD, R. P. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 503-521, jul. 2016.

DUTRA, N. dos G.; SANTOS, M. de F. de S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.25, n.94, p.148-181, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAIOSO, N. P. de L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, 2005.

GAMBOA, S. S.; SANTOS FILHO, J. C. **Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n.17, p. 97-112, 2006.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Rerv. Soc. Soc.**, v.1, n. 129, p. 285-303, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ – IFCE. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2017, 124p.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. 2012. Disponível in: <http://www.institutolobo/>: acesso em: 2 jan 2021.

MAIA, M. F. **A evasão no 3º grau: a quem interessam as razões**. Campinas, Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NERY, V. S. C.; FERREIRA FILHO, H. R. A importância da gestão do conhecimento para as instituições de ensino superior públicas: um estudo de caso na universidade do estado do Pará. **Revista Observatório de la Economía Latinoamericana**, Brasil, fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/2015/conhecimento.htm>. Acesso em: 29 set. 2021.

PEIXOTO, M.C.L; BRAGA, M.M; BOGUTCHI, T.F. Evasão no ciclo básico da UFMG. **Avaliação Institucional**, v.3, p.7 - 28, 2000.

PIACENTINI, C. C. **Reprovação, abandono evasão:** um estudo de caso no curso de bacharelado em Zootecnia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Dois Vizinhos. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Seropédica/RJ. 2012.

POLYDORO, S. A. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário:** condições de saída e de retorno à instituição. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

RISTOFF, D. **Pelos (Des)Caminhos da evasão.** Publicado em 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.educa2022.com/post/pelos-des-caminhos-da-evass%C3%A3o>>. Acesso em: 13 out. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo. Para uma Nova Cultura Política*, 2 ed., São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). *Cotas nas Universidades: análises dos processos de decisão.* Salvador: CEAP, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012).* Salvador:CEAO, 2013, p.280.

SANTOS JUNIOR, J. S.; REAL, G. C. M. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p.385-402, jul. 2017.

SANTOS, J. A Evasão e o Sistema de Seleção Unificada (SISU): reflexões no contexto da política de democratização do acesso à educação superior! In: ALFERES, M. A. **Qualidade e Políticas Públicas na Educação.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018

SERES, M. **Polegarzinha.** Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, 2007.

SILVA, F. M. da; OLIVEIRA, A. F. de; PASSOS, R. F. S. Marketing e evasão: ações de divulgação do curso de zootecnia. **Revista Praxis Pedagógica**, v. 2, n.3, p.111-130, 2019.

THELIN, J. **The Attrition Tradition in American Higher Education:** Connecting Past and Present. ERIC, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes (PPEE) do Colégio Técnico da UFRRJ.** Seropédica: UFRRJ, 2016, 67p.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2013**. Disponível em:<<https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2014**. Disponível em:<<https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2015**. Disponível em:<<https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2016**. Disponível em:<<https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2017**. Disponível em:<<https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2018**. Disponível em:<<https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

VELLOSO, J.; CARDOSO, C. B. **Evasão na educação superior: alunos cotistas e não cotistas na Universidade de Brasília**. In: 31ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, 2008.

**ANEXO 01 – Exercício da Profissão de Zootecnista**

**(MEC-INEP-1968)**

**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 5.550, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1968.**

Mensagem de veto

Dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da profissão de zootecnista obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Só é permitido o exercício da profissão de zootecnista:

a) ao portador de diploma expedido por escola de zootecnista oficial ou reconhecida e registrado na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura;

b) ao profissional diplomado no estrangeiro, que haja revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor;

c) ao agrônomo e ao veterinário diplomados na forma da lei.

Art. 3º São privativas dos profissionais mencionados no art. 2º desta Lei as seguintes atividades:

a) planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos;

b) promover e aplicar medidas de fomento à produção dos mesmos, instituindo ou adotando os processos e regimes, genéticos e alimentares, que se revelarem mais indicados ao aprimoramento das diversas espécies e raças, inclusive com o condicionamento de sua melhor adaptação ao meio ambiente, com vistas aos objetivos de sua criação e ao destino dos seus produtos;

c) exercer a supervisão técnica das exposições oficiais a que êles concorrem, bem como a das estações experimentais destinadas à sua criação;

d) participar dos exames a que os mesmos hajam de ser submetidos, para o efeito de sua inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico.

Art. 4º A fiscalização do exercício da profissão de zootecnista será exercida pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, enquanto não instituídos os Conselhos de Medicina Veterinária ou os da própria entidade de classe.

~~Parágrafo único. O zootecnista, a fim de que possa exercer a profissão, é obrigado a inscrever-se no Conselho previsto neste artigo, a cuja jurisdição estiver sujeito e segundo as normas estatutárias respectivas.~~ (Revogado pelo Decreto-Lei nº 425, de 1969)

Art. 5º O poder de disciplinar e aplicar penalidades ao zootecnista compete exclusivamente ao Conselho Regional em que estiver inscrito, ao tempo da falta punível.

Parágrafo único. A jurisdição disciplinar estabelecida neste artigo não derroga a jurisdição comum, quando a falta cometida constituir crime para a qual a lei penal estabeleça a sanção.

Art. 6º As penas disciplinares aplicáveis ao zootecnista são as estabelecidas para os demais profissionais obrigados a registro no mesmo Conselho Regional.

Art. 7º Na administração pública é obrigatória, sob pena de crime de responsabilidade, a apresentação do diploma por parte daqueles a quem esta Lei permitir o exercício da profissão de zootecnista, sempre que se tratar de provimento de cargos que ela dêles tornou privativos.

Parágrafo único. A apresentação do diploma não dispensa a prestação do concurso.

Art. 8º VETADO.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA  
*Tarso Dutra*  
*Jarbas G. Passarinho*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.12.1968

\*

## ANEXO 2 – Resolução nº 04, de 2 de fevereiro de 2006



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

### RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006<sup>1</sup>

*Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências.*

**O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97, 583/2001 e 67/2003, bem como considerando o que consta do Parecer CNE/CES nº 337/2004, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia, bacharelado, a serem observadas pelas instituições de ensino superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Zootecnia indicarão claramente os componentes curriculares, abrangendo a organização do curso, o projeto pedagógico, o perfil desejado do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o acompanhamento e a avaliação bem como o trabalho de curso como componente obrigatório ao longo do último ano do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia são as seguintes:

§ 1º O projeto pedagógico do curso, observando tanto o aspecto do progresso social quanto da competência científica e tecnológica, permitirá ao profissional a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

§ 2º O projeto pedagógico do curso de graduação em Zootecnia deverá assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

§ 3º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

<sup>1</sup> Publicada no DOU de 03/02/2006, Seção I, pág. 34-35.

- a) o respeito à fauna e à flora;
- b) a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- c) o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- d) o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e
- e) o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.

Art. 4º O curso de graduação em Zootecnia deverá contemplar, em seu projeto pedagógico, além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, seu currículo e sua operacionalização, sem prejuízos de outros, os seguintes aspectos:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - formas de realização da interdisciplinaridade;
- IV - modos de integração entre teoria e prática;
- V - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VI - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- VIII - regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de curso de acordo com as normas da instituição de ensino, sob diferentes modalidades;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; e
- X - concepção e composição das atividades complementares.

Parágrafo único. Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 5º O curso de graduação em Zootecnia deve ensejar como perfil:

- I - sólida formação de conhecimentos científicos e tecnológicos no campo da Zootecnia, dotada de consciência ética, política, humanista, com visão crítica e global da conjuntura econômica social, política, ambiental e cultural da região onde atua, no Brasil ou no mundo;
- II - capacidade de comunicação e integração com os vários agentes que compõem os complexos agroindustriais;
- III - raciocínio lógico, interpretativo e analítico para identificar e solucionar problemas;
- IV - capacidade para atuar em diferentes contextos, promovendo o desenvolvimento, bem estar e qualidade de vida dos cidadãos e comunidades; e
- V - compreensão da necessidade do contínuo aprimoramento de suas competências e habilidades profissionais.

Art. 6º O curso de graduação em Zootecnia deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- a) fomentar, planejar, coordenar e administrar programas de melhoramento genético das diferentes espécies animais de interesse econômico e de preservação, visando a maior

produtividade, equilíbrio ambiental e respeitando as biodiversidades no desenvolvimento de novas biotecnologias agropecuárias;

b) atuar na área de nutrição e alimentação animal, utilizando conhecimentos sobre o funcionamento do organismo animal, visando ao aumento de sua produtividade e ao bem-estar animal, suprindo suas exigências, com equilíbrio fisiológico;

c) responder pela formulação, fabricação e controle de qualidade das dietas e rações para animais, responsabilizando-se pela eficiência nutricional das fórmulas;

d) planejar e executar projetos de construções rurais, de formação e/ou produção de pastos e forrageiras e de controle ambiental;

e) pesquisar e propor formas mais adequadas de utilização dos animais silvestres e exóticos, adotando conhecimentos de biologia, fisiologia, etologia, bioclimatologia, nutrição, reprodução e genética, tendo em vista seu aproveitamento econômico ou sua preservação;

f) administrar propriedades rurais, estabelecimentos industriais e comerciais ligados à produção, ao melhoramento e a tecnologias animais;

g) avaliar e realizar peritagem em animais, identificando taras e vícios, com fins administrativos, de crédito, de seguro e judiciais bem como elaborar laudos técnicos e científicos no seu campo de atuação;

h) planejar, pesquisar e supervisionar a criação de animais de companhia, de esporte ou lazer, buscando seu bem-estar, equilíbrio nutricional e controle genealógico;

i) avaliar, classificar e tipificar produtos e subprodutos de origem animal, em todos os seus estágios de produção;

j) responder técnica e administrativamente pela implantação e execução de rodeios, exposições, torneios e feiras agropecuárias. Executar o julgamento, supervisionar e assessorar inscrição de animais em sociedades de registro genealógico, exposições, provas e avaliações funcionais e zootécnicas;

k) realizar estudos de impacto ambiental, por ocasião da implantação de sistemas de produção de animais, adotando tecnologias adequadas ao controle, ao aproveitamento e à reciclagem dos resíduos e dejetos;

l) desenvolver pesquisas que melhorem as técnicas de criação, transporte, manipulação e abate, visando ao bem-estar animal e ao desenvolvimento de produtos de origem animal, buscando qualidade, segurança alimentar e economia;

m) atuar nas áreas de difusão, informação e comunicação especializada em Zootecnia, esportes agropecuários, lazer e terapias humanas com uso de animais;

n) assessorar programas de controle sanitário, higiene, profilaxia e rastreabilidade animal, públicos e privados, visando à segurança alimentar humana;

o) responder por programas oficiais e privados em instituições financeiras e de fomento à agropecuária, elaborando projetos, avaliando propostas e realizando perícias e consultas;

p) planejar, gerenciar ou assistir diferentes sistemas de produção animal e estabelecimentos agroindustriais, inseridos desde o contexto de mercados regionais até grandes mercados internacionalizados, agregando valores e otimizando a utilização dos recursos potencialmente disponíveis e tecnologias sociais e economicamente adaptáveis;

q) atender às demandas da sociedade quanto à excelência na qualidade e segurança dos produtos de origem animal, promovendo o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde pública;

r) viabilizar sistemas alternativos de produção animal e comercialização de seus produtos ou subprodutos, que respondam aos anseios específicos de comunidades à margem da economia de escala;

s) pensar os sistemas produtivos de animais contextualizados pela gestão dos recursos humanos e ambientais;

t) trabalhar em equipes multidisciplinares, possuir autonomia intelectual, liderança e espírito investigativo para compreender e solucionar conflitos, dentro dos limites éticos impostos pela sua capacidade e consciência profissional;

u) desenvolver métodos de estudo, tecnologias, conhecimentos científicos, diagnósticos de sistemas produtivos de animais e outras ações para promover o desenvolvimento científico e tecnológico;

v) promover a divulgação das atividades da Zootecnia, utilizando-se dos meios de comunicação disponíveis e da sua capacidade criativa em interação com outros profissionais;

w) desenvolver, administrar e coordenar programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estar capacitado para atuar nos campos científicos que permitem a formação acadêmica do Zootecnista;

x) atuar com visão empreendedora e perfil pró-ativo, cumprindo o papel de agente empresarial, auxiliando e motivando a transformação social; e

z) Conhecer, interagir e influenciar as decisões de agentes e instituições na gestão de políticas setoriais ligadas ao seu campo de atuação.

Parágrafo único. O curso de graduação em Zootecnia deve possuir um projeto pedagógico que demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu formando, o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas e a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos necessários à concepção e à prática do Zootecnista, capacitando o profissional a adaptar-se de modo flexível, crítico e criativo às novas situações.

Art. 7º Os conteúdos curriculares do curso de graduação em Zootecnia deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, os seguintes campos de saber:

I - Morfologia e Fisiologia Animal: incluem os conteúdos relativos aos aspectos anatômicos, celulares, histológicos, embriológicos e fisiológicos das diferentes espécies animais; a classificação e posição taxonômica, a etologia, a evolução, a ezoognósia e etnologia e a bioclimatologia animal.

II - Higiene e Profilaxia Animal: incluem os conhecimentos relativos à microbiologia, farmacologia, imunologia, semiologia e parasitologia dos animais necessários às medidas técnicas de prevenção de doenças e dos transtornos fisiológicos em todos os seus aspectos, bem como, a higiene dos animais, das instalações e dos equipamentos.

III - Ciências Exatas e Aplicadas: compreende os conteúdos de matemática, em especial cálculo e álgebra linear, ciências da computação, física, estatística, desenho técnico e construções rurais.

IV - Ciências Ambientais: compreende os conteúdos relativos ao estudo do ambiente natural e produtivo, com ênfase nos aspectos ecológicos, bioclimatológicos e de gestão ambiental.

V - Ciências Agronômicas: trata dos conteúdos que estudam a relação solo-planta-atmosfera, quanto à identificação, à fisiologia e à produção de plantas forrageiras e pastagens, adubação, conservação e manejo dos solos, bem como o uso dos defensivos agrícolas e outros agrotóxicos, a agrometeorologia e as máquinas, complementos e outros equipamentos e motores agrícolas.

VI - Ciências Econômicas e Sociais: inclui os conteúdos que tratam das relações humanas, sociais, macro e microeconômicas e de mercado regional, nacional e internacional do complexo agroindustrial. Inclui ainda a viabilização do espaço rural, a gestão econômica e administrativa do mercado, promoção e divulgação do agronegócio, bem como aspectos da comunicação e extensão rural.

VII - Genética, Melhoramento e Reprodução Animal: compreende os conteúdos relativos ao conhecimento da fisiologia da reprodução e das biotécnicas reprodutivas, dos

fundamentos genéticos e das biotecnologias da engenharia genética e aos métodos estatísticos e matemáticos que instrumentalizam a seleção e o melhoramento genético de rebanhos.

VIII - Nutrição e Alimentação: trata dos aspectos químicos, analíticos, bioquímicos, bromatológicos e microbiológicos aplicados à nutrição e à alimentação animal e dos aspectos técnicos e práticos nutricionais e alimentares de formulação e fabricação de rações, dietas e outros produtos alimentares para animais, bem como do controle higiênico e sanitário e da qualidade da água e dos alimentos destinados aos animais.

IX - Produção Animal e Industrialização: envolve os estudos interativos dos sistemas de produção animal, incluindo o planejamento, a economia, a administração e a gestão das técnicas de manejo e da criação de animais em todas suas dimensões e das medidas técnico-científicas de promoção do conforto e bem-estar das diferentes espécies de animais domésticos, silvestres e exóticos com a finalidade de produção de alimentos, serviços, lazer, companhia, produtos úteis não comestíveis, subprodutos utilizáveis e de geração de renda. Incluem-se, igualmente, os conteúdos de planejamento e experimentação animal, tecnologia, avaliação e tipificação de carcaças, controle de qualidade, avaliação das características nutricionais e processamento dos alimentos e demais produtos e subprodutos de origem animal.

Art. 8º O estágio curricular supervisionado deverá ser concebido como conteúdo curricular obrigatório devendo cada instituição, por seus colegiados acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

§ 2º Os estágios supervisionados visam a assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

§ 3º A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 9º As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitem, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico.

§ 1º As atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino.

§ 2º As atividades complementares se constituem de componentes curriculares enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o estágio supervisionado.

Art. 10. O trabalho de curso é componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

Parágrafo único. A instituição deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e

mecanismo de avaliação, além das diretrizes e das técnicas de pesquisa relacionadas com sua elaboração.

Art. 11. A carga horária dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas instituições de educação superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente a Resolução CFE nº 9/84.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES  
Presidente da Câmara de Educação Superior